

DIÁRIO OFICIAL

NOVA ANDRADINA-MS

Criado pela Lei N° 1.336 de 09 de setembro de 2016

LEI N° 1.531, de 17 de Julho de 2019.

Lei 1.531/2019 pág. 02

Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2020 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ANDRADINA, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei fixa as Diretrizes Orçamentárias do Município de Nova Andradina para o exercício de 2020, atendendo:

I - as diretrizes, metas e prioridades para o orçamento do Município;
II - as diretrizes gerais da Administração Pública Municipal;
III - as diretrizes dos orçamentos fiscal e da seguridade social e das diretrizes gerais de sua elaboração;

IV - os princípios e limites constitucionais;
V - as diretrizes específicas do Poder Legislativo;
VI - as receitas municipais e o equilíbrio com a despesa;
VII - a alteração na legislação tributária;
VIII - as disposições sobre despesas de pessoal e encargos;
IX - as disposições sobre as despesas decorrentes de débitos de precatórios judiciais;
X - das vedações quando exceder os limites de despesa com pessoal e dos critérios e forma de limitação de empenho.

XI - as normas relativas ao controle de custos e avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos do orçamento;

XII - as condições especiais para transferências de recursos públicos a entidades públicas e privadas;

XIII - as disposições gerais.

§1º Fazem parte desta Lei o Anexo I de Diretrizes e Metas para a elaboração do Orçamento de 2020, o Anexo II - Metas Fiscais e o Anexo III - Riscos Fiscais estabelecidos nos parágrafos 1º e 3º do art. 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal;

§ 2º O Município observará as determinações relativas a transparências de Gestão Fiscal, estabelecidas no art. 48 da Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal e dos arts. 4º e 44 da Lei Federal nº 10.257 de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade.

CAPÍTULO I
Das Diretrizes Orçamentárias

SEÇÃO I
As Diretrizes, Metas e Prioridades para o Orçamento do Município

Art. 2º Em consonância com o art. 165, §2º, da Constituição Federal, as estimativas de receita e despesa, as diretrizes, as metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2020, são especificadas nos Anexos a este Projeto de Lei, as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária para 2020, não se constituindo, porém, em limite à programação das despesas.

SEÇÃO II
As Diretrizes Gerais da Administração Municipal

Art. 3º A Receita e a Despesa serão orçadas a preço de junho de 2019.

Art. 4º Os recursos ordinários do tesouro municipal obedecerão a seguinte prioridade na alocação, observadas as suas vinculações constitucionais e legais:

- I** - pessoal e encargos sociais;
- II** - serviço da dívida e precatórios judiciais;
- III** - custeio administrativo, incluindo a preservação do patrimônio público e contrapartida de convênios;

IV - investimentos.

Art. 5º Os critérios adotados para definição das diretrizes serão os seguintes:

I - priorizar a aplicação de recursos destinados à manutenção das atividades já existentes sobre as ações em expansão;

II - os projetos em fase de execução, desde que contidos na Lei de Orçamento, terão preferência sobre os novos projetos;

Art. 6º Fica o Poder Executivo autorizado a representar o Município nas alienações, subvenções, convênios, acordos e contratos e a proceder todos os atos para a perfeita representatividade do Município, na celebração de convênios, contratos e outros atos de competência do Executivo.

Art. 7º A proposta orçamentária do Município para o exercício de 2020 será encaminhada pelo Poder Executivo à Câmara Municipal até o dia 15 de outubro de 2019, conforme estabelece a Lei Orgânica do Município.

SEÇÃO III
As Diretrizes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e das Diretrizes Gerais de sua Elaboração

Art. 8º Os orçamentos fiscal e da seguridade social estimarão as receitas e fixarão as despesas dos Poderes Executivo e Legislativo:

I - o orçamento fiscal refere-se aos Poderes do Município, seus Fundos, órgãos e Entidades da Administração Direta e Indireta, inclusive Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II - o Orçamento da Seguridade Social, abrange todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da Administração Direta e Indireta, inclusive Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

Art. 9º O orçamento da seguridade social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social e obedecerá ao disposto nos arts. 194, 195, 196, 199, 200, 203, 204, e § 4º do art. 212 da Constituição Federal, e contará, dentre outros, com os recursos provenientes:

I - das contribuições sociais previstas na Constituição;

II - de transferências de recursos do Tesouro, Fundos e entidades da Administração Indireta, convênios ou transferências do Estado e da União para a seguridade social.

Art. 10 Na Lei Orçamentária Anual, que apresentará conjuntamente a programação dos orçamentos, fiscal e da seguridade social, a discriminação e a identificação da despesa, far-se-á por categoria econômica, grupo de natureza da despesa e modalidade de aplicação.

§1º As despesas de cada Unidade Orçamentária serão discriminadas e classificadas por:

- I** - Grupos de Natureza de Despesa;
- II** - Função, Subfunção e Programa;

III - Projeto/Atividade.

§2º Para o efeito desta Lei, entende-se por:

- I** - função, o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público;
- II** - subfunção, representa uma partição da função, visando a agregar determinado subconjunto de despesa do setor público;

III - programa, um instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurados por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

IV - projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

Lei 1.531/2019 pág. 03

Lei 1.531/2019 pág. 04

V - atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

§3º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos e atividades, especificando os respectivos valores, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§4º Cada projeto ou atividade identificará a Função, a Subfunção e o Programa aos quais se vinculam.

§5º Para efeito de informação ao Poder Legislativo, a proposta orçamentária constará, os orçamentos fiscais e da seguridade social, referentes aos poderes do Município, seus fundos e órgãos da administração direta, indireta, autarquias e fundações criadas e mantidas pelo poder público municipal, discriminando a despesa em nível de categoria econômica, por grupos de despesa, a origem dos recursos, detalhada por categoria de programação, indicando-se para cada um, no seu menor nível, segundo exigências da Lei nº 4.320/64, obedecendo à seguinte discriminação:

I - o orçamento pertencente a cada órgão e Unidade Orçamentária;

II - as fontes dos recursos Municipais, em conformidade com os conceitos e especificações das Fontes de Receita constantes nas regulamentações da Secretaria do Tesouro Nacional-STN, a serem discriminadas por fontes de acordo normas do TC/MS.

III - as categorias econômicas e grupos de natureza de despesas, em conformidade com os conceitos e as especificações constantes em portarias expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, obedecendo à seguinte classificação:

DESPESAS CORRENTES:

a) 1- **Pessoal e Encargos Sociais:** atendimento de despesas com pessoal, obrigações patronais, inativos, pensionistas e salário família;

b) 2- **Juros e Encargos da Dívida:** cobertura de despesas com juros e encargos da dívida interna e externa;

c) 3- **Outras Despesas Correntes:** atendimento das demais despesas correntes não especificadas nos grupos relacionados nos itens anteriores.

DESPESAS DE CAPITAL:

a) 4- **Investimentos:** recursos destinados a obras e instalações, equipamentos e material permanente, diversos investimentos e sentenças judiciais;

b) 5- **Inversões Financeiras:** atendimento das demais despesas de capital não especificadas no grupo relacionado no item anterior;

c) 6- **Amortização da Dívida:** amortização da dívida interna e externa e diferenças de câmbio.

§6º Se houver alteração nas fontes de recursos ou categorias econômicas ou grupos de despesas pelos órgãos responsáveis pelas finanças públicas fica o poder executivo autorizado a adequá-las;

§7º São desvinculadas as disponibilidades financeiras pertencentes a fundos, autarquias e fundações, a serem apuradas e destinadas, a qualquer tempo, a Conta única gestora dos recursos próprios do Tesouro Municipal.

§8º As alterações nas fontes de recursos especificadas nos contratos e demais documentos que o substituem, bem como alteração das dotações orçamentárias nos contratados poderão ser realizadas por apostilamento.

Art. 11 A Lei Orçamentária Anual incluirá dentre outros, os seguintes demonstrativos:

I - das receitas arrecadadas conforme prevê o parágrafo 1º do art. 2º, da Lei Federal nº 4.320/64;

II - das despesas conforme estabelece o § 2º do art. 2º da Lei Federal nº 4.320/64;

III - dos recursos destinados a manutenção e ao desenvolvimento do ensino, de forma a caracterizar o cumprimento das determinações constitucionais e da Lei nº 11.494/07;

IV - dos recursos destinados para a execução dos serviços de saúde em cumprimento ao índice estabelecido na Constituição Federal;

V - por projetos e atividades, os quais serão integrados por títulos, quantificando e qualificando os recursos;

VI - reserva de contingência para atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 12 Na elaboração da Proposta Orçamentária, o Poder Executivo deverá incentivar a participação popular através de audiências públicas, conforme estabelece no art. 48 da Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2000 e como condição obrigatória para aprovação da Proposta Orçamentária pela Câmara Municipal deverá ser realizada audiência pública conforme estabelecem os art. 4º e 44 da Lei Federal 10.257 de 10 de julho de 2001.

Art. 13 Os orçamentos das Administrações Indiretas e dos Fundos constarão da Lei Orçamentária Anual, em valores globais, não lhes prejudicando a autonomia da gestão legal de seus recursos, cujos desdobramentos, alterações e suplementações serão aprovados pelo Poder Executivo durante o exercício de sua vigência, nos termos da Lei. 4320/64.

Parágrafo único. Aplicam-se às Administrações Indiretas, no que couber, os limites e disposições da Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2000, cabendo a incorporação dos seus Orçamentos Anuais assim como as Prestações de Conta, às Demonstrações Consolidadas do Município, excetuando fundação pública de direito privado.

Art. 14 Fica autorizado para abertura de créditos adicionais suplementares, especiais ou extraordinários, até o valor de 35 (trinta e cinco) por cento para a criação de programas, projetos e atividades ou elementos de despesas, que na execução orçamentária se fizerem necessários ou que apresentem insuficiência de dotação, de acordo com os artigos 40; 41; 42 e 43 e seus parágrafos e incisos, da Lei Federal 4.320/64, podendo para tanto suplementar ou anular dotações entre as diversas fontes de receitas e diversas unidades orçamentárias, fundos ou fundações e demais entidades da administração indireta.

§1º Para abertura de créditos adicionais, de acordo com os artigos 41 e 43 e seus parágrafos e incisos da Lei Federal 4.320/64, a administração municipal poderá remanejar dotações entre as diversas unidades orçamentárias e diferentes fontes de receitas.

§2º Excluem-se do limite estabelecido na Lei Orçamentária, ficando autorizadas, para utilização dos Poderes Executivo e Legislativo, as suplementações de dotações para atendimento à ocorrência das seguintes situações:

I - insuficiência de dotação dentro de um mesmo grupo de natureza de despesa, da mesma categoria e do mesmo grupo de fontes de recursos, em conformidade com os grupos e fontes de receitas registradas no orçamento de 2020;

II - insuficiência de dotação no grupo de natureza de despesas 1- Pessoal e Encargos Sociais;

III - insuficiência de dotação nos grupos de natureza de despesas 2- Juros e Encargos da Dívida e 6- Amortização da Dívida;

IV - suplementações para atender despesas com o pagamento dos Precatórios Judiciais;

V - suplementações que se utilizem dos valores apurados conforme estabelece nos incisos I e II do parágrafo 1º do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64;

VI - Insuficiência de dotação dentro do mesmo projeto ou atividade, no limite dos mesmos;

VII - suplementações para atender despesas com educação suplementadas na função 12;

VIII - suplementações para atender despesas com ações e serviços de saúde suplementadas na função 10.

Lei 1.531/2019 pág. 05

Lei 1.531/2019 pág. 06

§3º Na lei orçamentária para 2020 a discriminação da despesa, quanto à sua natureza, far-se-á, no mínimo, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, podendo o detalhamento por elemento de despesa ser criado por ato do Poder Executivo no momento de sua execução.

§4º As variações de dotações orçamentárias entre elementos de despesas e diferentes fontes de recursos e as suplementações de créditos orçamentários, e as alterações de fontes de recursos que não caracterizam alteração do contrato serão registradas por simples apostilamento aos contratos ou termos que o substituem.

Art. 15 Na Lei Orçamentária Anual, nos termos do artigo 5º da Lei Complementar 101, constará uma reserva de contingência não superior a 1% (um por cento) da Receita Corrente Líquida, para atendimento complementar das situações de passivos contingentes e outros riscos eventuais, fiscais imprevistos.

§1º Aplica-se a reserva de contingência o mesmo procedimento e condições para o Poder Executivo e o Poder Legislativo no que couber;

§2º Os recursos da reserva de contingência, previsto no caput deste artigo, poderão, também, serem utilizados para a suplementação de créditos orçamentários que se revelarem insuficientes, no decorrer do exercício, conforme artigo 8º da Portaria interministerial STN-MF/SOF-MP nº 163 de 04 de maio de 2001 e alterações posteriores.

Art. 16 Fica autorizada a realização de concursos públicos ou contratação de pessoal nos termos do art.37 da Constituição Federal para todos os Poderes, desde que:

I - atendam os dispositivos do artigo 169 da Constituição Federal e limites estabelecidos na Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000;

II - sejam para suprir deficiências de mão de obra ou ampliação de serviços básicos do Município.

Art.17 No orçamento para o exercício de 2020 as dotações com pessoal serão incrementadas de acordo com a expectativa de correção monetária para o próximo exercício para assegurar a reposição e reajuste salarial, de acordo com a disponibilidade financeira do Município.

§1º Caso o servidor não venha a cumprir os prazos determinados pelas normas do TC/MS poderá ser responsabilizado pelo atraso na remessa de documentos, e será de seu encargo o pagamento de eventuais multas e penalidades, desde que seja comprovada sua responsabilidade no descumprimento de prazos.

§2º A remessa de documentos fora do prazo não ocasionada pelo servidor responsável, bem como outras irregularidades, ausência de documentos ou outras razões, deverá ser de responsabilidade do ordenador de despesa ou do servidor que deu causa ao descumprimento do prazo, sendo de responsabilidade quem deu causa ao atraso ou irregularidade o pagamento de multas.

SEÇÃO IV Os Princípios e Limites Constitucionais

Art. 18 O Orçamento Anual com relação a Educação e Cultura, observará as seguintes diretrizes tanto na sua elaboração como na sua execução:

I - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, de que trata o artigo 212 da Constituição Federal, com aplicação mínima de 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências;

II - FUNDEB, a receita formada com base em contribuição por aluno e a despesa com aplicação mínima de 60% (sessenta por cento) na remuneração dos profissionais do magistério, em efetivo exercício de suas atividades no ensino fundamental e Infantil público.

Parágrafo único. Os recursos do FUNDEB, assim como a sua operacionalização Orçamentária e Contábil deverão ser individualizados em termos de registro de receita, bem como aplicação de despesa, de forma a evidenciar as suas Gestões, assim como facilitar as Prestações de Contas a quem de direito.

Art. 19 Às operações de crédito, aplicam-se as normas estabelecidas no inciso III do Art. 167 da Constituição Federal;

Art. 20 Às operações de crédito por antecipação da Receita Orçamentária aplicam-se as disposições estabelecidas na Resolução do Senado Federal de nº 43, de 21 de dezembro de 2001.

Art. 21 É vedada a utilização de recursos transferidos, em finalidade diversa da pactuada.

Art. 22 A despesa total com pessoal do Poder Executivo não poderá exceder o percentual de 54% e a do Poder Legislativo em 6%, da Receita Corrente Líquida do Município, considerada nos termos dos artigos 18, 19 e 20 de Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2000 e no caso de limitação de empenho obedecerá ao disposto no art. 38 desta Lei.

Art. 23 As operacionalizações e demonstrações contábeis compreenderão, isolada e conjuntamente, as transações e operações de cada órgão e Fundo ou entidade da administração direta, nos termos do inciso III do art. 50 da Lei Complementar nº 101 de 04.05.2000.

Art. 24 Integra a Dívida Pública Consolidada as operações de crédito de prazo inferior a 12 (doze) meses, cujas receitas tenham constado do Orçamento, nos termos do parágrafo 3º do art. 29 da Lei 101 de 04.05.2000.

Parágrafo único. Equipara-se a Operação de Crédito e integrará a Dívida Pública Consolidada, nos termos do parágrafo 1º do art. 29 da Lei 101 de 04.05.2000, sem prejuízo do cumprimento das exigências dos artigos 15 e 16 da mesma Lei:

I - a assunção de dívidas;

II - o reconhecimento de dívidas;

III - a confissão de dívidas.

Art. 25 Os Precatórios Judiciais não pagos durante a execução do Orçamento em que houverem sido incluídos integram a dívida consolidada para fins de aplicação dos limites da dívida, conforme § 7º do artigo 30 da Lei Complementar 101 de 04.05.2000.

Parágrafo único. A Pessoa Jurídica em débito com o Sistema de Seguridade Social, e com o Município, não poderá contratar com o Poder Público nem dele receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, conforme estabelece o § 3º do artigo 195, da Constituição Federal.

SEÇÃO V As Diretrizes Específicas do Poder Legislativo

Art. 26 Para elaboração da proposta orçamentária da Câmara Municipal fica estipulado o percentual de sete por cento da Receita Tributária do Município e das Transferências Constitucionais da União e do Estado, obedecendo aos artigos 158 e 159 da Constituição Federal e do produto da Receita da Dívida Ativa Tributária e conforme Parecer "C" nº 00/0003/2001 do Tribunal de Contas do Estado de MS de 28 de março de 2001, conforme rege o artigo 29 - A da Constituição Federal.

§1º Os repasses à Câmara Municipal se farão mensalmente, na proporção de um doze avos do total da receita arrecadada no exercício anterior ao dos repasses, conforme legislação específica descrita no "caput" deste artigo.

§2º A Câmara Municipal enviará até o décimo quinto dia de cada mês, a demonstração da execução orçamentária do mês anterior para fins de integração à contabilidade geral do município de forma a atender as exigências dos arts. 52, 53 e 54 da Lei 101/00.

§3º O valor do orçamento do Poder Legislativo municipal poderá ser suplementado ou reduzido nas hipóteses previstas no Artigo 43 da Lei nº 4.320/64, observando o Parecer "C" nº 00/0024/2002, do Tribunal de Contas do Estado.

Art. 27 As despesas com pessoal e encargos da Câmara Municipal, incluindo os subsídios dos vereadores limitar-se-ão ao estabelecido na alínea "a" do inciso III, do artigo 20, da Lei Complementar 101 de 04.05.2000 e aos limites impostos no artigo 29-A da Constituição Federal.

SEÇÃO VI As Receitas Municipais e o Equilíbrio com a Despesa

Art. 28 Constituem-se receitas do Município aquelas provenientes:

I - dos tributos de sua competência;

II - de prestação de serviços;

Lei 1.531/2019 pág. 07

III - das quotas-parte das transferências efetuadas pela União e pelo Estado, relativas às participações em impostos Federais e Estaduais, conforme artigo 158 e 159 da Constituição Federal;

IV - de convênios formulados com órgãos governamentais;

V - de empréstimos e financiamentos, com prazo superior a 12 (doze) meses, autorizados por Lei específica, vinculados a obras e serviços públicos;

VI - recursos provenientes da Lei Federal nº 11.494/07;

VII - das demais receitas auferidas pelo Tesouro Municipal;

VIII - das transferências destinadas à Saúde, à Assistência Social e à Habitação pelo Estado e pela União;

IX - das demais transferências voluntárias e doações.

Art. 29 Na estimativa das receitas serão considerados os efeitos das modificações na legislação tributária, da variação do índice inflacionário, do crescimento econômico ou de qualquer outro fato relevante e serão acompanhadas de demonstrativo de sua evolução nos últimos 3 anos, da projeção para os dois seguintes àquela a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

§1º Reestimativa de receita por parte do Poder Legislativo só será admitida se comprovado erro ou omissão de ordem técnica ou legal.

§2º O montante previsto para receitas de operações de crédito não poderá ser superior ao das Despesas de Capital constantes do Projeto de Lei Orçamentária.

§3º O Poder Executivo colocará à disposição do Poder Legislativo Municipal e dos demais poderes, no mínimo 30 (trinta) dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida e as respectivas memórias de cálculo.

Art. 30 Fica autorizada a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita, devendo estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atendendo a pelo menos uma das seguintes condições:

I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa da receita orçamentária, na forma do art. 12 da Lei Complementar nº 101 e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da Lei de Diretrizes Orçamentárias quando for o caso;

II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no "caput", por meio de aumento da receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

§1º A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção de caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

§2º O disposto neste artigo não se aplica ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança administrativas, extra judiciais ou judiciais.

Art. 31 As receitas próprias de órgãos, Fundos, inclusive Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal, serão programadas para atenderem, preferencialmente as funções próprias de cada um, os gastos com pessoal e encargos sociais, os juros, os encargos e amortização da dívida, a contrapartida a financiamentos e outros necessários para a sua manutenção ou investimentos prioritários, bem como racionalização das despesas.

§1º As receitas dos Fundos serão registradas nos Fundos, separando-se por rubricas orçamentárias específicas, inclusive as relativas aos convênios que deverão ser individualizados, exceto as transferências financeiras da Prefeitura Municipal, que serão contabilizadas como receitas extraorçamentárias.

§2º Na execução da despesa a emissão do empenho e as ordens de pagamento só serão efetuadas pela Secretaria Municipal de Finanças e Gestão mediante autorização dos ordenadores de despesa de cada pasta ou

fundo ou demais órgãos da administração indireta ou unidades orçamentárias, sem prejuízos de emissão de empenho e ordem de pagamento por outros fundos ou unidade orçamentária, que processam a sua contabilidade.

§3º Os empenhos das despesas das unidades orçamentárias da prefeitura municipal, dos fundos, fundações, autarquias e demais entidades da administração indireta poderão ser assinados pelo Secretário Municipal de Finanças e Gestão e pelo Contador, a quem compete a função de analisar o empenho quanto às dotações vigentes no orçamento municipal e quanto às normas financeiras e contábeis, cabendo ao ordenador de despesa a responsabilidade pela despesa efetuada, sem prejuízos de emissão de empenho por outros fundos ou unidade orçamentária, que processam a sua contabilidade.

§4º Os atos autorizativos de solicitação de empenho e de ordem de pagamento, bem como a determinação para assinatura de empenhos e ordens de pagamento deverão ser regulamentados por decreto do poder executivo.

SEÇÃO VII A Alteração na Legislação Tributária

Art. 32 O Poder Executivo providenciará, a fim de assegurar a programação e arrecadação de recursos, revisões tributárias, vinculadas especialmente:

I - a revisão da legislação e manutenção do cadastro imobiliário, para efeito de regulamentação, lançamento e arrecadação do IPTU;

II - manutenção do cadastro dos contribuintes do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, e aprimoramento no sistema de sua fiscalização e cobrança;

III - melhoria na sistemática de cobrança do ITBI - imposto de transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição; adequando-o à realidade e valores de mercado;

IV - ao acompanhamento e controle do valor adicionado, para efeito de crescimento do índice de participação no ICMS - imposto sobre a circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação;

V - a recuperação dos investimentos, através da cobrança da contribuição de melhoria prevista em lei;

VI - a cobrança, através de tarifas decorrentes de serviços públicos ou do exercício do poder de polícia, com seus custos atualizados de acordo com o dimensionamento das despesas aplicadas na prestação dos serviços e nas demais atividades vinculadas aos contribuintes imobiliários, prestadores de serviços, comércio e indústria em geral, localizados no município;

VII - a modernização da Administração Pública Municipal, através da capacitação dos recursos humanos, elaboração de programas de modernização e reestruturação administrativa, aperfeiçoamento das ações administrativas e financeiras, desenvolvimento gerencial, redução de despesas de custeio, racionalização de gastos e implementações da estrutura operacional para o atendimento adequado das aspirações da coletividade.

Art. 33 O Município fica obrigado a arrecadar todos os tributos de sua competência.

SEÇÃO VIII As Disposições sobre Despesas com Pessoal e Encargos

Art. 34 Para atendimento das disposições contidas no Art. 169 da Constituição Federal, fica o poder executivo autorizado, no decorrer da execução orçamentária, a efetuar os ajustes necessários, para se adequar à Lei Complementar 101 de 4 de maio de 2000.

Art. 35 Para exercício financeiro de 2020, serão consideradas como despesas de pessoal a definição contida no art. 18 da Lei Complementar nº 101/2000.

§1º Se houver necessidade o Poder Executivo encaminhará projeto de lei visando adequação da estrutura administrativa, do quadro de vagas, do plano de cargos e do estatuto dos servidores.

Lei 1.531/2019 pág. 09

§ 2º Observado os limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal o Poder Executivo poderá encaminhar projeto de lei visando a concessão ou redução de vantagens e aumento da remuneração dos servidores, bem como extinção, revisão, adequação ou criação de cargos públicos.

§ 3º Caso a despesa de pessoal ultrapasse 95% (noventa e cinco por cento) dos limites referidos no art. 20 da Lei Complementar nº 101/2000, somente poderá ser concedida horas extras, quando for ao atendimento de relevantes interesses públicos, devidamente justificados pela autoridade competente.

SEÇÃO IX**As Disposições Sobre as Despesas Decorrentes de Débitos de Precatórios Judiciais**

Art. 36 Para atendimento ao prescrito no art. 100, da Constituição Federal fica o Poder Executivo autorizado a incluir no Orçamento, a previsão de dotação orçamentária ao pagamento de débitos oriundos de precatórios judiciais.

Parágrafo único. A relação dos débitos, de que trata o "caput" deste artigo, somente incluirá precatórios cujos processos contenham certidão de trânsito em julgado da decisão exequenda e atendam a pelo menos uma das seguintes condições:

- I – certidão de trânsito em julgado dos embargos à execução;
- II – certidão que não tenham sido opostos embargos ou qualquer impugnação aos respectivos cálculos;
- III - precatórios apresentados, com características dos itens acima, até a data de 01 de julho de cada ano.

SEÇÃO X**Das vedações quando exceder os limites de despesa com pessoal e dos Critérios e Forma de Limitação de Empenho**

Art. 37 A averiguação do cumprimento dos limites estabelecidos nos artigos 19 e 20 da Lei Complementar nº 101/2000, será realizada no final de cada quadrimestre.

Parágrafo único. Se a despesa total com pessoal dos poderes executivo e legislativo exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados:

- I – a concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no Inciso X do artigo 37 da Constituição Federal;
- II – criação de cargo, emprego ou função;
- III – alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;
- IV – provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;
- V – contratação de hora extra.

Art. 38 Se a despesa total com pessoal, do Poder ou órgão, ultrapassar os limites definidos na Lei Complementar nº 101/2000, sem prejuízo das medidas previstas no art. 22 da Lei Complementar nº 101/00, o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, adotando-se, entre outras, as providências previstas nos parágrafos 30 e 40 do art. 169 da Constituição Federal.

§ 1º No caso do inciso I do § 30 do art. 169 da Constituição Federal, o objetivo poderá ser alcançado tanto pela extinção de cargos e funções, quanto pela redução dos valores a eles atribuídos.

§ 2º É facultada a redução temporária da jornada de trabalho com adequação dos vencimentos à nova carga horária.

Art. 39 Se verificado, ao final de um quadrimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, os Poderes Legislativo e Executivo promoverão, por ato próprio nos montantes necessários, nos 30 dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira,

Lei 1.531/2019 pág. 010

utilizando os critérios de redução de despesas na ordem inversa ao estabelecido no art. 4º desta Lei, respeitando o pagamento da Dívida Fundada, precatórios e pessoal e encargos.

§ 1º No caso de restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados, dar-se-á de forma proporcional as reduções efetivadas;

§ 2º Não serão objeto de limitações as despesas que constituam obrigações constitucionais e legais, inclusive aquelas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida.

SEÇÃO XI**As Normas Relativas ao Controle de Custos e Avaliação dos Resultados dos Programas Financiados com Recursos do Orçamento**

Art. 40 Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a escrituração contábil será efetuada de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo, bem como implantará controle de custos visando o equilíbrio financeiro.

SEÇÃO XII**As Condições Especiais para Transferências de Recursos Públicos a Entidades Públicas e Privadas**

Art. 41 A destinação de recursos para direta ou indiretamente cobrir necessidades de pessoas físicas ou déficit de pessoas jurídicas deverá ser autorizada em Lei e destinarem-se a atender as diretrizes e metas constantes no art. 2º e no anexo I desta lei.

Art. 42 Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios de mútua colaboração com órgãos e entidades da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal e a promover a concessão de subvenções sociais, auxílios ou contribuição à organização da sociedade civil, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, inclusive cooperativas, mediante Termo de Colaboração ou Termo de Fomento, e ainda, firmar Acordos de Colaboração sem transferência de recursos financeiros, obedecendo ao interesse e conveniência do Município.

§ 1º Os termos de colaboração e de fomento devem ser precedidos de chamamento público nos termos em que dispõe a Lei 13.019/2014, e que será considerado inexigível ou dispensado nos casos previstos na Lei 13 019/2014.

§ 2º Fica o Poder Executivo autorizado a firmar termos de colaboração ou de fomento com as organizações sociais, sem fins lucrativos, relacionadas no anexo de metas e diretrizes, para transferência de recursos destinados à execução de atividades ou projetos de interesse e competência do município nas áreas de educação, saúde, assistência social, cultura, meio ambiente e esporte, entre outras, através processo de inexigibilidade de chamamento público.

§ 3º Fica o Poder Executivo autorizado a firmar termo de contribuição com entidades sem fins lucrativo, enquadradas ou não na Lei 13.019/2014, relacionadas no anexo metas e diretrizes, para repasse de contribuições, como despesas às quais não corresponda contraprestação direta em bens e serviços e que não seja reembolsável pelo receptor, inclusive as destinadas a atender a despesas de manutenção de outras entidades de direito público ou privado, que desenvolvam atividades de interesse da população local, nas áreas de esporte, lazer, cultura e outras de interesse da população.

§ 4º Fica o Poder Executivo autorizado a prorrogar termos de colaboração e fomento e acordos de cooperação celebrados com entidades sem fins lucrativos, tendo como limite o prazo previsto na Lei nº 13.019/14, no mesmo valor anual, conforme estabelecido na legislação.

§ 5º Fica dispensado de restituição e fica vedado a utilização de documento de restituição de receitas de origens de convênios, termos de colaboração, de fomento ou contribuição para devolução ou ressarcimento de valor inferior a R\$ 10,00 (dez reais).

Art. 43 A despesa com parcerias a organizações privadas sem fins lucrativos, a cooperação técnica e financeira ou contrapartidas em convênios e acordos far-se-á em programação específica classificada conforme dotação orçamentária.

Art. 44 É vedado o pagamento, a qualquer título, a servidor da Administração Direta ou Indireta por serviços de consultoria ou assistência técnica ou qualquer serviço ligado a administração municipal.

CAPÍTULO II

Lei 1.531/2019 pág. 011

Lei 1.531/2019 pág. 013

Das Disposições Gerais

Art. 45 As propostas de modificação no Projeto da Lei Orçamentária Anual serão apresentadas, no que couber, da mesma forma e nível de detalhamento dos demonstrativos e anexos apresentados.

Art. 46 Para ajustar as despesas ao efetivo comportamento da receita, poderá constar na Lei Orçamentária Anual, autorização ao Poder Executivo para abertura de crédito adicional suplementar ou especial até 35 (trinta e cinco) por cento sobre o total da despesa fixada no orçamento geral do Município, utilizando os recursos previstos nos incisos I, III e IV do § 1º do Artigo 43 da Lei Federal n.º 4.320/64.

Art. 47 Fica o Poder Executivo autorizado a atualizar automaticamente o Plano Plurianual vigente para o período de 2018 a 2021, de acordo com o orçamento para 2020 e as alterações orçamentárias autorizadas e implementadas no decorrer do exercício de 2020 produzirão seus efeitos, também, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Plano Plurianual 2018-2021.

Art. 48 Se o Projeto de Lei Orçamentária Anual não for aprovado até 31 de dezembro de 2019, a sua programação será executada mensalmente até o limite de 1/12 (um doze avos) do total, observada a efetiva arrecadação no mês anterior, até a sua aprovação pela Câmara Municipal, vedado o início de qualquer projeto novo.

Art. 49 A Fundação de Serviços Públicos de Saúde de Nova Andradina de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, não integra o orçamento do município, ficando o Poder Executivo autorizado a repassar recursos conforme Contrato de Gestão.

Art. 50 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Andradina-MS, 17 de julho de 2019.

José Gilberto Garcia
PREFEITO MUNICIPAL

Lei 1.531/2019 pág. 012

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2020 – ANEXO I DIRETRIZES E METAS

PROJETO	META 2020	DESCRIÇÃO
Administração Tributária	Todas as Regiões	Esta atividade tem por finalidade sediar as ações e as despesas com a gestão tributária, consistindo em fiscalização, coleta, registro e controle das receitas fiscais da Prefeitura Municipal, seja a proveniente de impostos, taxas e contribuições, e também as transferências.
Desenvolvimento e Modernização da Administração Tributária	Todos os órgãos	Este projeto tem por finalidade o planejamento e implementação de ações destinadas ao desenvolvimento da administração tributária, com incorporação de novas tecnologias, capacitação de pessoal, inovações e outras medidas para aumentar a eficiência e eficácia da máquina de arrecadação fiscal.
Modernização do Novo Código Tributário	01	Constituir um novo Código Tributário Municipal, tomando um instrumento eficaz no auxílio da gerência dos recursos públicos, primando sempre por regras claras e precisas, a serem aplicadas pela Administração Pública, assegurando assim a transparência de sua gestão.
Modernização do Cadastro Imobiliário	01	Modernizar os instrumentos que auxiliam na tributação, aqui entendidos como sendo os procedimentos técnicos e legais de uma ação da administração municipal na área de Cadastro Técnico e Planta de Valores Genéricos, entre outros, e que possibilitem melhorar a gestão territorial urbana e rural, tendo a visão de ampliar os recursos tributários municipais.
Administração da Dívida Ativa	Todas às Dívidas Ativas	Esta atividade tem por finalidade sediar as ações e despesas destinadas à administração da Dívida Ativa, consistindo em apuração, caracterização, gestão jurídica e financeira, com a adoção de métodos de eficiência e eficácia para cobrança e administração para resultados.
Administração de Recursos Humanos	Todos os Servidores	Esta atividade tem por finalidade sediar a administração dos recursos humanos da Prefeitura Municipal de Nova Andradina, consistindo de manutenção dos dados funcionais dos servidores, gestão da folha de pagamento, administração de direitos e obrigações funcionais, saúde dos servidores e outras ações vinculadas à gestão dos recursos humanos.
Administração da Dívida Passiva	Toda a Dívida Passiva	Esta atividade tem por finalidade sediar as ações administrativas de gestão da Dívida Passiva, consistindo na administração de títulos passivos de endividamento, precatórios, PASEP e outras contribuições, dívida previdenciária e demais obrigações de longo prazo da PMNA.
Manutenção da Secretaria de Finanças e Gestão	Todos os órgãos	Esta atividade tem por finalidade sediar as ações destinadas à manutenção e funcionamento da Secretaria Municipal de Finanças e Gestão, compreendendo as despesas de custeio e investimentos necessários ao cumprimento de seus objetivos.
Manutenção da Controladoria Municipal	01 unidade	Este projeto tem por finalidade a manutenção dos procedimentos legais, administrativos e operacionais necessários para dar continuidade à implantação e atuação da Controladoria Municipal, nos termos da legislação aplicável à matéria.

Ampliação da Qualificação das Parcerias Político-Institucionais com Entidades (convênios)	-	A Prefeitura Municipal, assim como o setor público em geral, presta uma série de serviços de interesse público através de parcerias conveniadas ou contratadas junto a entidades não-governamentais e mesmo privadas. O aperfeiçoamento dessa relação interinstitucional passa por um trabalho conjunto da Prefeitura com essas instituições, no sentido de capacitar os recursos humanos envolvidos nessas parcerias, e melhorar a gestão dessas entidades e de seus trabalhos, com vistas a oferecer à população serviços de melhor qualidade, com maior produtividade pelo controle e redução de custos, assim como passa pela capacitação das entidades na geração de recursos, reduzindo a dependência delas do Tesouro Municipal.
Manutenção da Assessoria de Comunicação Institucional	Todo o órgão	Esta atividade tem por finalidade sediar as ações e despesas de manutenção e funcionamento da Assessoria de Comunicação Institucional

GOVERNADORIA

PROJETO	META 2020	DESCRIÇÃO
Manutenção do Gabinete do Prefeito	01 órgão	Esta atividade tem por finalidade sediar as ações e despesas de manutenção e funcionamento do Gabinete do Prefeito Municipal.
Manutenção da Procuradoria Jurídica Municipal	01 órgão	Esta atividade tem por finalidade sediar as ações e despesas de manutenção e funcionamento da Procuradoria Jurídica Municipal.
Manutenção da Assessoria ao Prefeito Municipal	01 órgão	Esta atividade tem por finalidade sediar as ações e despesas de manutenção e funcionamento da Assessoria ao Prefeito Municipal.

HABITAÇÃO

PROJETO	META 2020	DESCRIÇÃO
Manutenção e encargos do Fundo de Habitação	500 unidades habitacionais	Os Programas Habitacionais do município de Nova Andradina tem por princípio fundamental proporcionar à população de baixa renda, o acesso à moradias dignas, entendidas estas como abrigo situado em espaço ambientalmente saudável, acessível aos serviços públicos de transporte coletivo, coleta de lixo e infraestrutura básica, aos equipamentos urbanos e comunitários, proporcionando uma melhoria na qualidade de vida desta faixa da população.
Regularização Nova Casa Verde	1.000 unidades habitacionais	Viabilizar junto a Comissão de regularização do Distrito Nova Casa Verde.
Regularização Conjunta Habitacional Flávio Derzi	130 unidades habitacionais	Viabilizar a regularização do Bairro Flávio Derzi.
Moradia Precária	15 unidades	Viabilizar junto ao Governo do Estado parceria para realizar a construção/reforma de casas onde a condição de moradia é mínima.

PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

Lei 1.531/2019 pág. 015

PROJETO	META 2020	DESCRIÇÃO
Capacitação de Servidores	Todos os Órgãos	Profissionalizar a gestão pública municipal por meio de formação e desenvolvimento de gestores públicos buscando a melhoria da qualidade dos serviços prestados à população, com a criatividade necessária para encontrar meios para responder às demandas atuais e futuras;
Implantação de Sistema de Informações compartilhadas	Todo o Órgão	Implantar sistema de digitalização dos processos que organizem e sistematizem a capacidade do Município de gerar, analisar, compartilhar e fornecer conhecimento de maneira rápida e precisa, incorporar recursos da tecnologia da informação aos trâmites processuais administrativos, objetivando maior eficiência na gestão pública municipal, observando os requisitos de segurança e autenticidade dos documentos administrativos em meios eletrônicos.
Plano de Saúde para Servidores	01	O presente projeto objetiva planejar, organizar e implementar um plano de saúde para os servidores municipais, no sentido de sanar deficiências na assistência aos servidores municipais, assim como contribuir para a melhoria do desempenho funcional, redução do absenteísmo, e redução dos custos de atendimento por meio de ações de prevenção de doenças. Será desenvolvido com participação de todas as secretarias municipais, e da Previna, o Plano de Previdência dos Servidores Municipais. A viabilidade econômico financeira do plano deverá ser cuidadosamente planejada, de modo a não onerar os cofres públicos municipais. O projeto deverá contar com assessoria técnica especializada para os estudos de viabilidade técnica e econômico financeira.
Manutenção da Secretaria de Planejamento e Administração		Essa atividade tem por objetivo a manutenção do funcionamento da Secretaria de Planejamento e Administração, com a realização das despesas necessárias ao atendimento das necessidades operacionais da pasta.
Administração de Material		Esta atividade tem por finalidade sediar a administração de material da Prefeitura Municipal de Nova Andradina, mediante planejamento e execução de ações e despesas com cadastramento de fornecedores, licitações, destinação e controle de equipamentos, mobiliário e materiais.
Administração do Imobilizado	01	Esta atividade tem por finalidade sediar as ações e despesas correspondentes a gestão do patrimônio imobilizado, tais como equipamentos e bens duráveis, imóveis e outros, consistindo em identificação adequada, registro, valoração, destinação e gestão física.
Planejamento para levantamento dos ativos intangíveis		Esta atividade tem por finalidade planejar as ações administrativas de gestão do patrimônio intangível do Município, consistindo no levantamento e elaboração de estratégia de administração de carteira acionária, potencial de concessões, permissões, parcerias e outros bens intangíveis.
Administração, Manutenção, Construção e Reforma do Cemitério Municipal		Modernização administrativa do Cemitério Municipal Santa Barbara com implantação de sistema informatizado para levantamento cadastro e controle do projeto de construção do Ossuário Municipal.
Regularização, Administração e Manutenção Cemitério Nova Casa		Regularização, Administração e Manutenção Cemitério Nova Casa Verde
Estudo para expansão de Cemitério		Projeto para estudo de expansão de área pública ou privada para Construção de Cemitério.

Manutenção encargos com Paço Municipal	Manutenção de todo o Paço Municipal com os insumos necessários para sua manutenção, dos bens móveis e imóveis e conservação do entorno do Paço Municipal com os jardins e Praça Geraldo Matos Lima.
--	---

SERVIÇOS PUBLICOS

PROJETO	META 2020	DESCRIÇÃO
Coordenação das atividades de limpeza urbana	8.500 TON.	Coleta de lixo urbana
Coordenação das atividades limpeza de área pública	1.900.000,00 m²	Roçada, capinação, varrição, coleta na limpeza de logradouros públicos (praças, canteiros centrais, rotatórios, escolas, aeródromo, terrenos e manutenção e recuperação de prédio público, alambrado, parque infantil e academias etc.
Coordenação das atividades limpeza de terrenos baldios	250.000,00 m²	Roçada de terrenos baldios no perímetro urbano.
Coordenação das atividades de manutenção e expansão da rede de iluminação pública	9.000 unid.	Manutenção da rede de iluminação pública
Coordenação das atividades de manutenção e expansão da rede elétrica	1.500 m	Expansão da rede de iluminação pública
Coordenação de atividades de aquisição de equipamentos e veículos	04 unid.	Aquisição de máquinas, equipamentos e veículos para o parque viário e manutenção
Coordenação das atividades de recuperação e manutenção de vias rurais	2.200 KM	Aquisição de matérias e serviços na manutenção de vias rurais, patrolamento, cascalhamento, reforma e construção de ponte, mata burro e galeria de águas pluviais.
Coordenação das atividades de recuperação e manutenção de vias urbanas	05 KM	Aquisição de matérias e serviços de construção e manutenção de vias urbanas de tapa buraco, com solo cimento, PMF e CBUQ. Canaletas, lombada elevada para pedestres e quebra mola
Transporte Urbano	01	Prestação de Serviço de Transporte Urbano para atender a população.

Lei 1.531/2019 pág. 016

Lei 1.531/2019 pág. 017

TRÂNSITO

PROJETO	META 2020	DESCRIÇÃO
Coordenação das atividades de Projeto das ações de execução das atividades de transporte e trânsito.	30 KM	Implantar e executar sinalização horizontal, vertical e indicativa
Coordenação de Projeto das atividades de execução e reordenamento, manutenção e fiscalização de trânsito e transporte.	50 KM	Implantar e executar a reordenação e manutenção e adequação viária, e outros meios de fiscalização.
Coordenação de projeto para fins de adequação de atividades de trânsito e transporte	02 unid.	Implantar e executar o sistema de semáforos e outros meios para melhor adequar o sistema viário e mobilidade urbana
Coordenação das atividades de trânsito e transporte	05 unid.	Implantação de projetos e serviços de educação para o trânsito

INFRAESTRUTURA

PROJETO	META 2020	DESCRIÇÃO
Pavimentação Asfáltica, Drenagem e Calçamento de Ruas e Avenidas	10.000,00 m ²	Pavimentação e Drenagem em 03 bairros
Pavimentação Asfáltica e drenagem- convênios e parcerias	5.000,00 m ²	Pavimentação e Drenagem- em 01 bairro
Pavimentação Asfáltica e drenagem-M Cidades	10.000,00 m ²	Pavimentação e Drenagem- em 03 bairros e Distrito Nova Casa Verde
Pavimentação do Parque Industrial	5.000,00 m ²	Pavimentação no Parque Industrial
Construção e melhoria de parques, praças, canteiros e vias públicas	03	Melhorias em 03 Praças no município
Pavimentação asfáltica e Drenagem do Distrito de Nova Casa Verde	5.000,00 m ²	01 Pavimentação asfáltica e drenagem em Nova Casa Verde
Manutenção e enc./ recapeamento de vias	60.000,00 m ²	02 processos de Manutenção e enc./ recapeamento de vias, divididos em bairros do município
Pavimentação asfáltica – PAC 2	8.000,00 m ²	Pavimentação Asfáltica, em 01 bairro

Construção de pista de caminhada, ciclovias e ciclo faixas	02	Pista de caminhada, ciclovias e ciclo faixas em diversos bairros e centro
Construção e melhoria de sistema de galerias de águas pluviais	02	Melhoria de sistema de galerias de águas pluviais em 03 bairros
Recuperação de erosão	02	Recuperação de erosão, em duas localidades
Implantação e Manutenção e enc. c/ Aeroporto Municipal	01	Implantação e Manutenção e enc. c/ Aeroporto Municipal
Aquisição de terrenos para fins de uso público	01	Aquisição de terrenos para fins de uso público
Aquisição de veículos para gerenciamento de obras viárias	01	Aquisição de 01 veículo para gerenciamento de obras viárias, para atender a engenharia da Secretaria de Infraestrutura

CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, E MELHORIAS EM PRÉDIOS PÚBLICOS

PROJETO	META 2020	DESCRIÇÃO
Edificação de Prédios Públicos	03	Construção de 03 prédios públicos para atender a população
Reforma e ampliação de Prédios Públicos	03	Reforma e ampliação de 03 prédios públicos
Construção do Centro de Convenções	01	Conclusão do Centro de convenções possui 03 convênios sendo 02º, 03º e 04º Etapa
Manutenções do prédio do Paço Municipal	01	Manutenções do prédio do Paço Municipal

GESTÃO ADMINISTRATIVA

PROJETO	META 2020	DESCRIÇÃO
Manutenção e enc. c/ Gabinete Secretário de Infraestrutura	01	Manutenção e enc. c/ Gabinete Secretário de Infraestrutura

ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROJETO	META 2020	DESCRIÇÃO
Manutenção e encargos com gabinete da Secretaria De Assistência Social	140	Servidores
Aquisição de Veículo Oficial para Secretaria de Assistência Social	1	Veículo Oficial

Lei 1.531/2019 pág. 018

Serviço de Acolhimento Institucional de Pessoas Idosas.	240	Pessoas Idosas
Manutenção e encargos com Centro de Convivência do Idoso	12.200	Pessoas Idosas
Manutenção e encargos com a Banda Marcial Municipal Getúlio Vargas	1800	Crianças, adolescente jovens em situação de vulnerabilidade social
Manutenção e encargos com a AABB Comunidade	1200	A atividade aqui destacada busca a melhoria contínua das ações executadas por esta secretaria, em consonância com as diretrizes do Plano Diretor do Governo Municipal, bem como a execução dos serviços, projetos e programas sociais para os direitos da criança e do adolescente.
Serviço de habilitação e Reabilitação de Pessoas com Deficiência	3836	Pessoa com Deficiência
Medidas Socioeducativas de Prestação de Serviços à Comunidade e Liberdade Assistida	1013	Adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas (LAPSC)
Ações Estratégicas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil	20	Crianças e adolescentes em situação de trabalho
Serviço de Acolhimento Institucional de Crianças e Adolescentes	480	Crianças e Adolescentes Acolhidos.
Construção da Sede Própria do CREAS	1	Construção de prédio para instalação do programa Centro de Referência Especializado de Assistência Social.
Construções, reformas e ampliações de unidades da Assistência Social da Proteção Social Básica e Especial.	2	Construções e reformas de unidades de Assistência Social

Lei 1.531/2019 pág. 019

Manutenção com as Unidades CRAS que atuam com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando à orientação e o convívio sócio familiar, sendo responsável pela oferta do	7000	Famílias.
---	------	-----------

PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL ÀS FAMÍLIAS

Benefícios Eventuais	5539	Benefícios eventuais repassados para pessoas em situação de vulnerabilidade social.
Manutenção e encargos com CREAS – PSEMAC	1.900	Atendimento especializado a famílias e indivíduos com direitos violados.
Serviço de Acolhimento Institucional e atendimento às pessoas em trânsito, pessoas em situação de rua e desabrigados – PSE.	634	Pessoas em situação de rua e migrantes.
Manutenção e encargos com Acessuas Trabalho	1500	O ACESSUAS – TRABALHO, programa sob responsabilidade da Política de Assistência Social, integra esse eixo, especificamente na sua vertente urbana, e representa uma das principais estratégias para melhorar a inserção dos usuários da assistência social no mundo do trabalho.
Manutenção e encargos com IGD-BF.	600	Os recursos do IGD são repassados diretamente do Fundo Nacional para os Fundos Municipais de Assistência Social: gestão de benefícios; gestão de condicionalidades, acompanhamento das famílias beneficiadas pelo Programa; cadastramento de novas famílias, atualização e revisão dos dados cadastrais; implantação de programas complementares ao PBF; demanda de fiscalização do PBF e do Cadastro Único; e estruturação das instâncias de controle social
Manutenção e encargos com Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)	4.800	Idosos, jovens e crianças.
Manutenção e encargos com o Fundo Municipal da Criança e do Adolescente	1	O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente destina-se a captar recursos para execução de políticas, ações e programas para crianças e adolescentes

Lei 1.531/2019 pág. 020

INVESTIMENTO SOCIAL

PROJETO	META 2020	DESCRIÇÃO
Manutenção e encargos com Celebração de Termo de Parcerias com Entidades Não Governamentais de Assistência Social Recurso FEAS	6	Ofertam serviços de proteção social especial nas modalidades, Serviço de Acolhimento Institucional – abrigo para crianças e Adolescente em situação de vulnerabilidade e risco social de 0 a 18 anos, abrigo institucional de longa permanência para idosos, serviço de acolhimento
Manutenção e encargos com Celebração de Termo de Parcerias com Entidades Não Governamentais de Assistência Social Recurso FMIS.	11	O Fundo Municipal de Investimento Social subvenciona entidades que ofertam serviços de proteção social básica e especial nas modalidades, Serviço de Acolhimento Institucional – abrigo para crianças e Adolescente em situação de vulnerabilidade e risco social de 0 a 18 anos, abrigo institucional de longa permanência para idosos, serviço de acolhimento dos migrantes que necessitam de assistência provisória e que se encontram momentaneamente no município, serviços de apoio e atendimento a Pessoa com Deficiência Intelectual e/ou Múltipla e Transtorno Global do Desenvolvimento e serviços de convivência e fortalecimentos de vínculos.
Apoio ao programas governamentais e entidades não governamentais que ofertam serviços para característicos de assistência social, entre estes para usuários de substâncias psicoativas.	1	Programas governamentais e entidades não governamentais que ofertam serviços para usuários de substâncias psicoativas.
Manutenção e encargos com o Conselho Tutelar	1	Folha de pagamento, aquisição de equipamentos e de material de consumo e contratação de serviços de terceiros.
Manutenção dos órgãos colegiados da política de assistência social	8	Conselho Municipal dos Direitos do Idoso; Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Conselho Municipal de Assistência Social, Conselho Municipal da Juventude e Conselho Municipal de Segurança Alimentar, Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, Conselho de Promoção da

Lei 1.531/2019 pág. 021

Manutenção e encargos com Celebração de Termo de Parcerias com Entidades Não Governamentais de Assistência Social Recurso FNAS	2	Este projeto objetiva manter parceria com as entidades que prestam serviços, serviços de apoio e atendimento a Pessoa com Deficiência Intelectual e/ou Múltipla e Transtorno Global do Desenvolvimento e serviços de convivência e fortalecimentos de vínculos e Serviço de Acolhimento Institucional – abrigo para crianças e Adolescente em situação de vulnerabilidade e risco social de 0 a 18 anos.
Manutenção e encargos com Celebração de Termo de Parcerias com Entidades Não Governamentais de Assistência Social Recurso Próprio	10	O Recurso Próprio subvenciona entidades que ofertam serviços de proteção social básica e especial nas modalidades, Serviço de Acolhimento Institucional – abrigo para crianças e Adolescente em situação de vulnerabilidade e risco social de 0 a 18 anos, abrigo institucional de longa permanência para idosos, serviço de acolhimento dos migrantes que necessitam de assistência provisória e que se encontram momentaneamente no município, serviços de apoio e atendimento a Pessoa com Deficiência Intelectual e/ou Múltipla e Transtorno Global do Desenvolvimento e serviços de convivência e fortalecimentos de vínculos.
Construções e reformas de unidades da Assistência Social.	02	Construções e reformas de unidades de Assistência Social
Apoio aos serviços sócio assistenciais.	03	Manutenção de programas socioassistenciais.
Fundo Municipal de Fundo de Habitação e Interesse Social	01	Manutenção e Encargos com Fundo de Habitação

POLITICAS PARA A MULHER

Lei 1.531/2019 pág. 023

PROJETO	META 2020	DESCRIÇÃO
Manutenção dos serviços de enfrentamento à violência contra a Mulher – Políticas para a Mulher	500	A atividade aqui destacada busca a melhoria contínua das ações executadas para manutenção das políticas destinadas as mulheres.
Realização do Seminário Regional 12 anos da Lei Maria da Penha –Vamos falar sobre violência contra a mulher? Faixas	400	Mulheres e Comunidade em geral

Lei 1.531/2019 pág. 022

Outubro Rosa Campanhas Inter setoriais de prevenção ao câncer de mama, Campanha, Confeção de Camisetas	2000	Mulheres e sociedade
8 de março Dia Internacional da Mulher realização da Campanha, confecção de camisetas, palestras.	3000	Mulheres e sociedade
28 de maio Dia Internacional de Luta pela Saúde da Mulher Dia Nacional de Redução da Morte Materna Realização de Palestras articuladas com a Secretaria de Saúde	2000	Mulheres e sociedade
23 de setembro Dia Internacional contra a Exploração Sexual e o Tráfico de Mulheres e Crianças Realização de campanhas e palestras	500	Sociedade
20 de novembro Dia Nacional da Consciência Negra Realização de palestras, campanhas e confecção de camisetas	300	Sociedade
Atividades culturais, Dança, Teatro, Musica com temas Relacionados a Mulher	400	Sociedade
Agosto Lilás Campanha 16 dias de ativismo Confeção de Camisetas, panfletos	2000	Sociedade
Campanha Maria da Penha vai à Escola	5000	Escolas e Sociedade
Projeto Feira Mulheres de Atitude	12000	Mulheres e Sociedade
Manutenção com despesas da Conferencia da Mulher Crachás, refeição, etiquetas e pastas	200	Governo e Sociedade Cível
Despesas com hospedagem em caso de necessidade de abrigar a mulher vítima de violência, pois o Município não possui abrigo para estes casos	200	Mulheres vítima de violência
Aquisição de Material de Expediente	Diversos	Material de Expediente
Confeção de Camisetas para Campanhas	3000	Mulheres em situação de violência e outras políticas publicas

Aquisição de Outdoor para divulgação de campanhas	40	Divulgação de Campanhas
Manutenção dos serviços da Casa do Artesão		Manutenção com Servidor e Oficinas
Projeto Mãos Empenhadas	10000	SOCIEDADE

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO INTEGRADO

Projeto	Meta 2020	DESCRIÇÃO
Manutenção do Fundo Municipal de Meio Ambiente	01	Compra de equipamentos e elaboração de projetos de recuperação ambiental
Manutenção da Municipalização do Licenciamento Ambiental	01	Manutenção do departamento para realização dos serviços internos para regularização adequada das empresas no município.
Licenciamento e Controle Ambiental	08	Contratação de empresas especializadas para realizar licenciamento ambiental de atividades realizadas pela prefeitura municipal a fim de atender a legislação vigente e evitar multas e notificações.
Manutenção do Viveiro Florestal Municipal	05	Manutenção do viveiro municipal como aquisição de insumos, mudas, equipamento de trabalho, veículos de tração mecânica entre outros e terceirização de serviços extras.
Infraestrutura para desenvolvimento das atividades de educação ambiental no viveiro municipal	01	Construção do Barracão Para Depósito e Trabalhos Técnicos e de educação ambiental
Implementar Políticas e Parcerias para a elaboração e implementação dos Planos locais	02	Revisão do Plano Municipal de Resíduos Sólidos e Plano de Saneamento Básico
Projeto poços artesanais Assentamento	50	Regularização Ambiental de Poços Artesanais a serem implantados nos Assentamentos do Município
Fomento e implantação de projetos ambientais e sustentáveis	10	Implantação Programa de Coleta Seletiva, Recuperação de Áreas Degradadas e Microbacias

Lei 1.531/2019 pág. 024

Manutenção do Aterro Sanitário Municipal	03	Manutenção e Controle Ambiental do Aterro Sanitário Municipal
Recuperação de áreas de Decomposição de Resíduos	03	Elaboração e execução do PRADE do lixão e ações de recuperação no aterro sanitário e aterro de construção civil.
Implantação do Parque Industrial no Distrito Nova Casa Verde	01	Estudos para viabilizar a implantação do Industrial no Distrito Nova Casa Verde
PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL		
Projeto	Meta 2020	DESCRIÇÃO
Formação e Aperfeiçoamento de Multiplicadores/Educadores Ambientais	90.000	Cartilhas, panfletos e folders para distribuição nas escolas e municípios
Coordenação e Desenv. Das Atividades de Planejamento e Execução	05	Manutenção e Conservação dos Parques e Áreas Verdes deste Município
Promover capacitação quanto a regularização e sustentabilidade ambiental	30	Realização de Cursos, minicursos e palestras para empresas, comércio e estudantes.
PRODINAM Este projeto tem por objetivo a aquisição de novas áreas para implantação de indústrias e outros empreendimentos geradores de emprego e renda no Município de Nova Andradina	290.400 m²	Aquisição de Áreas para Implantação de Indústrias Ampliação do Distrito Industrial.
PRODINAM Este projeto tem por finalidade a urbanização do Distrito Industrial, com a realização de obras de pavimentação asfáltica, drenagem, água e esgoto, iluminação pública e outras.	100%	Urbanização do Distrito Industrial
Fomento ao Comércio Local Esta atividade tem por finalidade promover feiras, exposições e eventos no Município, com vistas ao fomento comercial, industrial e de serviços em geral, para apoiar a geração de emprego e renda.	05	Feiras, exposições e eventos no Município.

Lei 1.531/2019 pág. 025

Desenvolvimento Econômico Esta atividade tem por finalidade promover e divulgar aos produtores rurais as linhas de microcrédito disponíveis para aplicação nas áreas afins.	2.000	Material de divulgação.
Desenvolvimento Econômico Implantação do Micro Crédito na Sala do Empreendedor para atendimento a Micro e Pequenas Empresas, produtores rurais e público em geral.	1.500 pessoas	Acesso ao microcrédito para empresas, potencial empresário e produtor rural.
Implementar programas e ações destinadas ao desenvolvimento do comércio, indústria e turismo.	10	Projeto Setorial, ações planejadas.
Incentivos Fiscais e Doação de Área para instalações de empresas no Distrito Industrial.	50 Empresas	Polo de desenvolvimento – Distrito Industrial
Desenvolvimento Econômico Promover parcerias com o Sistema "S" (SENAI, SEBRAE, SENAC, SENAR, SESI, SESC, etc...) Empresários, potencial empresário, público em geral, aperfeiçoamento e preparação de mão-de-obra qualificada, buscando o desenvolvimento do município.	1.000 Pessoas	Qualificação profissional Cursos, Palestras etc.
Incentivar empresários a se instalarem na Incubadora do Distrito Industrial	500	Material, Marketing, Divulgações etc.
Participação em Feiras, Congressos e Seminários buscando a divulgação dos atrativos do município, bem como trazer casos de sucesso para implantar no Município.	03	Eventos, Congressos, Seminários etc.
Promover parcerias com as instituições de ensino superior, sindicatos, associações, órgãos públicos e privados.	15	Termo de cooperação técnica, parcerias.

Lei 1.531/2019 pág. 026

Lei 1.531/2019 pág. 027

Desenvolvimento Econômico Esta atividade tem por finalidade propiciar a manutenção das operações da Sala do Empreendedor, beneficiando os micro e pequenas empresas.	1.000 pessoas	Manutenção da Sala do Empreendedor
Desenvolvimento Econômico Esta atividade tem por finalidade proporcionar aos profissionais locais do comércio cursos e outras ações de	600 pessoas	Capacitação Profissional, Gerencial e Educação Empreendedora.
Ações para promover e dar suporte na divulgação do produto turístico local, em parceria com o Fórum Vale das Águas e Fundtur.	500	Material, Propaganda, divulgação, marketing.
Desenvolvimento Econômico Este projeto tem por finalidade a realização de um diagnóstico da informalidade no Município, e promover ações de estímulo à formalização de empresas.	1	Mapa da Informalidade – Estímulo à Formalização das Empresas
SETOR AGROPECUÁRIO E FINOVA		
PROJETO	META 2020	DESCRIÇÃO
Parcerias e Convenios FINOVA	04	Manutenção e ampliação de parcerias com as instituições de Ensino Federais, Estaduais, Municipais e particulares para o Desenvolvimento Tecnológico e o apoio as inovações.
Aquisição de equipamentos para a associação de catadores de recicláveis	03	Aquisição de máquinas e equipamentos que façam o pre-beneficiamento de resíduos sólidos urbanos, tais como vidros, alumínio, plásticos e etc, para
Fundação Instituto de Tecnologia e Inovação de Nova Andradina	01	Esta atividade tem por objetivo permitir a manutenção e funcionamento da FINOVA, suportando as despesas necessárias para tal.
Apoio a Associação de Catadores de recicláveis Nova Limpa	01	Este Projeto tem por finalidade o planejamento, organização, implantação e operação do Núcleo de Pesquisas Tecnológicas em destinação e tratamento de resíduos, que objetiva pesquisar e desenvolver novas tecnologias e inovações
SIM – SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL	10	Apoio a agroindústria e Estabelecimentos a serem formalizados no Serviço de Inspeção Municipal;

MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL	50	Ações de fiscalização, auditorias e coleta de amostras para controle de qualidade do serviço de inspeção municipal local a fim de regularizar os empreendimentos que comercializam produtos de origem animal.
APOIO AOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS ATRAVÉS DA COMERCIALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA NO MERCADO DO PRODUTOR E AGROINDÚSTRIA	2	Manutenção e apoio ao centro de comercialização da agricultura familiar de Nova Andradina e incentivo para implantação de agroindústria.
AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS.	100	Aquisição de equipamentos diversos, máquinas e implementos agrícolas a fim de atender a demanda da agricultura familiar.
APOIO A DIVERSIFICAÇÃO NA PROPRIEDADE RURAL	2000	Atividades que visem a diversificação, como apoio e estímulo ao desenvolvimento da agropecuária, fruticultura, oleicultura e produção de urucum.
CAPACITAÇÃO DE PRODUTORES RURAIS	1000	Cursos, palestras e dia de campo. Elaboração de apostilas e folders de divulgação.
MANUTENÇÃO DO SETOR AGROPECUÁRIO	3	Manutenção do departamento para realização dos serviços internos.
MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS DESTINADAS AOS SERVIÇOS NAS ÁREAS RURAIS	100	Manutenção do maquinário utilizado na execução de atividades de melhoria da produção agropecuária, como estradas, transporte de insumos, construção de terraços, tanques para irrigação, criação de peixes e armazenamento de água, construção de sulcos para montagem de projeto de irrigação.
AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL DE MÁQUINAS DESTINADAS AOS SERVIÇOS NAS ÁREAS RURAIS		Aquisição de combustível utilizado no transporte e execução de atividades de melhoria da produção agropecuária, como estradas, transporte de insumos, construção de terraços, tanques para irrigação, criação de peixes e armazenamento de água, construção de sulcos para montagem de projeto de irrigação.
FOMENTO NO SETOR AGROPECUÁRIO	2000	Assistência técnica no manejo produtivo e reprodutivo na pecuária leiteira, implantação de projeto de irrigação e manejo de pastagem, diagnóstico de gestação e qualidade do leite. Aquisição e distribuição de mudas frutíferas e de urucum, calcário, transporte de insumos e promove ações de apoio ao melhoramento genético do rebanho leiteiro. Apoio ao setor de horticultura.
MANUTENÇÃO DO CONSÓRCIO PÚBLICO DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO IVINHEMA - CODEVALE	30	Apoio as ações do Serviço Brasileiro de Inspeção – SISBI.

Lei 1.531/2019 pág. 028

Lei 1.531/2019 pág. 029

Práticas de Preservação Ambiental nos Assentamentos Rurais	Este Projeto tem por finalidade o planejamento e implementação de ações de base tecnológica e inovações na promoção de práticas de preservação ambiental nos diversos assentamentos rurais de Nova Andradina.
Complexo Ecológico e Turístico do Ivinhema	Este Projeto tem por finalidade o planejamento, implantação e operação de um complexo ecológico e turístico no lado do Rio Ivinhema que pertence ao território

SECRETARIA DE SAÚDE

PROJETO	META - 2020	DESCRIÇÃO
Manutenção das atividades - Conselho Municipal de Saúde	01 CMS 16 Conselheiros	Garantir o adequado funcionamento do Conselho Municipal de Saúde, proporcionando aos conselheiros condições para executarem os trabalhos; Garantir a manutenção da estrutura física e disponibilização de materiais permanentes e de consumo conforme julgar necessário.
Suporte da Gestão Administrativa	01 SMS	Garantir a manutenção da Sede Administrativa da SMS e almoxarifado central, adquirindo material permanente e insumos para consumo, a fim de suprir as necessidades de toda a rede de saúde; Garantir a oferta de recursos humanos adequados para o desenvolver dos trabalhos. Viabilizar recursos para a construção de nova sede, para melhor atender/acolher os usuários.
Suporte da Gestão de Assistência à Saúde	34 unidades de saúde	Promover ações de saúde que garanta a prevenção e promoção de saúde; Garantir insumos, material permanente e de consumo, recursos humanos necessários para o funcionamento das unidades de saúde, proporcionando o atendimento ininterrupto aos usuários do SUS.
Provento de servidores vinculados ao FMS	400 servidores	Prever a realização do pagamento de proventos aos servidores vinculados no FMS, garantindo os direitos vinculados.
Contratação de servidores / profissionais		Garantir a contratação / efetivação de profissionais que atendam às necessidades dos serviços de saúde, conforme julgar necessário.
Ampliação e/ou reforma de Unidade de Saúde		Ampliar e/ou reformar as unidades de saúde, conforme a necessidade, respeitando os critérios propostos na RDC nº 50 de 21 de fevereiro de 2002.

Manutenção da rede de Atenção Primária		Garantir a manutenção das unidades de Atenção Primária (09 ESF, Laboratório Municipal, Academia da Saúde, Posto de Saúde do Trabalhador, Farmácia Básica Municipal) com a aquisição/manutenção de material permanente e de consumo de forma continuada, evitando interrupção dos serviços.
Manutenção da rede de Atenção Secundária	08 unidades de saúde secundária	Garantir a manutenção das unidades de Atenção Especializada (CEM, CRR, CEO, CAPS, CRSM, SAMU, UMG, SAE) com a aquisição/manutenção de material permanente e de consumo de forma continuada, evitando interrupção dos serviços.
Construção de Unidade de Saúde Primária (Atenção Básica)	05 unidades	Viabilizar a construção de unidades de saúde de Atenção Primária, visando atender a necessidade de município, respeitando os critérios propostos na RDC nº 50 e 51.
Construção de Unidade de Saúde Secundária (Atenção Especializada)	03 unidades	Construção de unidades de saúde Secundária, visando atender a necessidade do município, respeitando os critérios propostos na RDC nº 50 e 51.
Aquisição de material permanente para Unidades de Saúde de Atenção Primária	18 unidades (13 existentes + 05 propostas)	Garantir a aquisição de material permanente para unidades de saúde de atenção primária.
Aquisição de material permanente para Unidades de Saúde de Atenção Secundária	11 unidades (08 existentes + 03 propostas)	Garantir a aquisição de material permanente para unidades de saúde de atenção secundária.
Aquisição de veículo / ambulâncias para transporte de pacientes	04 unidades	Viabilizar convênios (emendas parlamentares + recursos municipal) para aquisição de veículos que possibilite o transporte de pacientes.
Manutenção da frota veicular		Garantir a manutenção/revisão continuada dos veículos designados para fins de transporte de pacientes, possibilitando o atendimento ininterrupto do serviço.
Manutenção da Atenção Hospitalar (Hospital Regional Dr. Francisco Dantas Maniçoba)	01 unidade hospitalar	Realizar repasse financeiro/mensal garantindo o funcionamento da unidade hospitalar, proporcionando atendimento de qualidade aos municípios de Nova Andradina e região conforme preconizado no PDR.
Ampliação e/ou reforma do Hospital Regional Dr. Francisco Dantas Maniçoba	01 unidade hospitalar	Garantir recursos que possibilite a ampliação e/ou reforma, e conclusão de obras já em execução, conforme a necessidade, respeitando os critérios propostos na RDC nº 50 e 51.
Aquisição de material permanente e insumos para Atenção Hospitalar	01 unidade hospitalar	Garantir a aquisição de material permanente para Hospital Regional Dr. Francisco Dantas Maniçoba.
Manutenção e estruturação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - SAMU	01 unidade de atendimento móvel	Proporcionar a garantia de funcionamento do Serviço de Atendimento Móvel as Urgências - SAMU, através da aquisição de material de consumo, e manutenção de materiais permanentes.
Manutenção e apoio financeiro para entidades prestadoras de serviços locais, mediante repasse financeiro firmados por convenio /contrato.	02 unidades (Fundação Pio XII e Apae)	Garantir repasse financeiro as entidades locais, possibilitando a execução de serviços e metas estipuladas em contratos.

Lei 1.531/2019 pág. 030

Lei 1.531/2019 pág. 031

Manutenção e estruturação dos postos de atendimento da Assistência Farmacêutica.	02 farmácias (farmácia básica municipal e unidade NCV)	Proporcionar manutenção e aquisição de equipamentos /material permanente para adequação do espaço físico da Farmácia Básica Municipal e Ponto de distribuição de Medicamentos ESF Nova casa Verde.
Aquisição de insumos – Assistência Farmacêutica Básica	157 itens (medicamentos / insumos)	Adquirir insumos/medicamentos que atenda às necessidades da população de forma ininterrupta através da disponibilização dos medicamentos elencados na RENAME e REMUME.
Aquisição de insumos Assistência Farmacêutica (não pactuados RESME e REMUME)	1.000 itens	Atender as necessidades da população, através da disponibilização de medicamentos não pactuados na RESME e REMUNE, e até mesmos os designados por meio de demandas judiciais.
Operacionalização de processos licitatórios que atenda às necessidades Sociais vinculadas à saúde	01 posto de atendimento social em saúde	Proporcionar atendimento à população que atenda aos requisitos indicados, através da disponibilização de: leites em formulas complementares, suplementos, alimentação e hospedagem para tratamento fora do domicílio, disponibilização de combustível, óculos e fraldas descartáveis.
Distribuição de exames laboratoriais, e de diagnósticos.	01	Proporcionar atendimento à população priorizando as solicitações médicas, a fim de elucidar diagnósticos. Reaplicar processo licitatório para aquisição de exames não fornecidos por pactuação junto a macrorregião (Dourados e Campo Grande).
Vigilância Sanitária, Epidemiológica, Ambiental e Saúde do Trabalhador	04 vigilâncias	Garantir a manutenção, e aquisição de materiais permanentes e de consumo para utilização nas Vigilâncias Sanitária, Epidemiológica, Ambiental e Saúde do Trabalhador, possibilitando a execução

PREVINA

Conceder benefícios de aposentadorias, pensões, salário maternidade e auxílio doença, a servidores municipais titulares de cargos efetivos, segurados do PREVINA. As aposentadorias, pensões e salário maternidade serão devidos sempre que o segurado adquirir as condições estabelecidas na Legislação pertinente. Quanto ao Auxílio Doença será devido ao servidor em licença para tratamento de saúde e deverá ser precedido de Perícia Médica.
A quantidade em 2019 = 140 aposentados mais 77 = 217

Nesta atividade está previsto o custeio das despesas correntes e de capital necessárias à organização e ao funcionamento da unidade gestora. Considerando a legislação vigente o valor gasto com esta atividade não ultrapassará 2% do valor das remunerações, proventos e pensões dos segurados, relativo ao exercício financeiro anterior.
A quantidade neste caso será 12, que corresponde a 12 meses

SEMEC**Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte**

I. Garantir e diversificar o cardápio da alimentação escolar, respeitando as peculiaridades dos estudantes matriculados na Rede Municipal de Ensino;

II. Viabilizar cursos e palestras nas Unidades Escolares para estudantes e merendeiras cumprindo a legislação vigente;

III. Adquirir equipamentos para a alimentação e nutrição, para o adequado armazenamento da merenda escolar a fim de atender os CEINFs e as Unidades Escolares;

IV. Garantir a aplicação de teste de aceitabilidade da Alimentação Escolar, aos alunos da REME;

V. Garantir a aquisição de gás liquefeito para a produção da Alimentação Escolar;

VI. Garantir a contratação de serviços especializados em desinsetização, desratização, limpeza de caixa d'água e controle de pragas;

VII. Assegurar a contratação de empresa especializada em manutenção de freezers, geladeiras e bebedouros das Unidades Escolares e CEINFs da REME;

VIII. Garantir e assegurar o cumprimento das metas e estratégias da Lei nº. 1.260 de 16/06/15, que aprova o Plano Municipal de Educação, no que tange: A Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação Especial, Alfabetização na Idade Certa, Educação de Tempo Integral, Qualidade na Educação, Educação de Jovens e Adultos, A Erradicação do Analfabetismo, EJA Integrada a Educação Profissional, Valorização dos Profissionais do Magistério, Gestão Democrática e o Financiamento da Educação.

IX. Adquirir Kits de Robótica Educacional e Equipamentos necessários para o seu funcionamento;

X. Implementar por meio do Núcleo Municipal de Tecnologia, o Curso de Robótica Educacional em todas as Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino;

XI. Adquirir computadores, equipamentos e Lousa Touch Screen, para atender as Unidades Educacionais e o NTM da REME;

XII. Adquirir mesas Educacionais Positivo, para o projeto "O conhecimento ao alcance das mãos", para os Centros de Educação Infantil;

XIII. Garantir capacitação pedagógica, seminários e formação continuada a todos os profissionais da Educação da REME;

Lei 1.531/2019 pág. 032

Lei 1.531/2019 pág. 033

XIV. Fomentar e desenvolver diversos projetos educativos, que visam o incentivo à leitura, a escrita, a educação para o trânsito, para o meio ambiente, diversidade cultural e demais temas transversais;

XV. Garantir sala de apoio educacional, com atendimento especializado e professores qualificados para atender alunos com dificuldades na aprendizagem;

XVI. Buscar parcerias com as Universidades Públicas e Privadas, para traçar metas a fim de erradicar o analfabetismo no Município;

XVII. Implantar políticas de segurança, nas Unidades Escolares do município;

XVIII. Assegurar o funcionamento do Centro de Idiomas e Tecnologia - CIT;

XIX. Garantir aplicação das avaliações do Sistema de Avaliação próprio da Rede Municipal de Ensino;

XX. Adquirir livros didáticos para as áreas que não são contempladas pelo PNLD/FNDE;

XXI. Assegurar a distribuição de kits de materiais escolares para os alunos da REME;

XXII. Assegurar a distribuição de uniforme escolar, para os alunos da REME;

XXIII. Adquirir materiais para construção, elétricos, limpeza, consumo e expediente, para a manutenção das Unidades Educacionais da REME;

XXIV. Adquirir equipamentos para suprir as necessidades das Unidades Educacionais e da SEMEC;

XXV. Adquirir um veículo tipo Camionete, para atender as necessidades da SEMEC;

XXVI. Providenciar a construção de uma escola no bairro "Randolfo Jareta" e um Centro de Educação Infantil no bairro "Jardim Primavera", para garantir a Acessibilidade das crianças em instituições mais próximas a suas residências;

XXVII. Promover a manutenção das Unidades Escolares e CEINFs com recursos oriundos do Salário Educação;

XXVIII. Promover a manutenção de todas as Unidades Educacionais vinculadas a SEMEC, CIT, SESI – Indústria do Conhecimento, Biblioteca Municipal, Museu, Ginásio Municipal de Esportes, Centro de Eventos, Estádio Municipal, FUNAC, FUNAEL, Tele Centro Comunitário e o Conselho Municipal de Educação;

XXIX. Viabilizar e destinar recursos semestral para as Unidades Escolares e CEINFs, para que as mesmas possam gerenciar e minimizar os problemas do cotidiano escolar;

XXX. Promover a manutenção dos Centros de Educação Infantil com recursos oriundos do Programa Brasil Carinhoso;

XXXI. Garantir a aquisição de veículos novos e seminovos para o transporte escolar, bem como a manutenção com peças e serviços da frota existente;

XXXII. Adquirir e garantir combustível para atender os veículos próprios que realizam o transporte escolar;

XXXIII. Garantir a contratação de empresa terceirizada a fim de atender exclusivamente as linhas rurais, quando a frota própria não dispôr de veículos suficiente para tal finalidade;

XXXIV. Viabilizar aquisição de veículos novos e/ou seminovos, para renovar a frota de veículos de pequeno porte da SEMEC;

XXXV. Promover a reforma e ampliação da Escola Municipal Pingo de Gente;

XXXVI. Promover a reforma da Escola Municipal Machado de Assis;

XXXVII. Promover a ampliação da Escola Municipal Arco Íris;

XXXVIII. Promover a reforma da Escola Municipal Brincando de Aprender;

XXXIX. Providenciar a cobertura de 02 (duas) quadra poliesportiva;

XL. Adquirir obras literárias atualizadas e realizar assinatura de jornais e revistas renomados, para o acervo da Biblioteca Municipal;

XLI. Garantir a implementação do Conselho Municipal de Esporte e Lazer;

XLII. Desenvolver diversas ações de cunho esportivo Municipal e Estadual, no que se refere as modalidades de Futebol, Futsal, Voleibol, Artes Marciais, Ginástica Rítmica, Basquetebol, Atletismo, Ciclismo e Handebol;

XLIII. Implantar escolinhas para atender diversas modalidades esportivas tais como: Basquetebol, Voleibol, Futsal, Handebol, Futebol, Ginástica Rítmica e Artes Marciais;

XLIV. Garantir a participação dos atletas de Nova Andradina/MS, nos Jogos Escolares de MS e Jogos da Juventude de MS;

XLV. Garantir a realização do Jogos Escolares de Nova Andradina, Jogos Escolares da Rede Municipal de Ensino e Festival de Dama, Xadrez e Tênis de Mesa;

XLVI. Fomentar, incentivar e realizar, eventos esportivos de recreação, lazer e cidadania, para a comunidade nova-andradinense, como Campeonatos Municipais de: Futebol amador, suíço, Futsal, Basquetebol, Skate e Motocross;

XLVII. Realizar a Super Liga de Voleibol, Circuito de Vôlei de areia, Trinca de Basquetebol, Festivais de: Handebol, Atletismo, Slackline e Artes Marciais;

XLVIII. Realizar eventos Ciclisticos, Pedestre, Ultramaratona e Fisiculturismo;

XLIX. Realizar a corrida pedestre do Trabalhador;

Lei 1.531/2019 pág. 034

Lei 1.531/2019 pág. 035

L. Realizar os Jogos abertos de Nova Andradina, Campeonatos e Festivais, nas modalidades de: Voleibol, Futsal, Handebol, Tênis de mesa, Xadrez e Vôlei de areia;

LI. Realizar campeonatos Regional de Futebol e Futsal;

LII. Realizar Campeonato de Futsal, Suíço, Voleibol no Distrito de Nova Casa Verde;

LIII. Garantir e realizar ações de esporte e cidadania, festas de tabuleiro e raquetes no Distrito de Nova Casa Verde;

LIV. Garantir a realização de cursos de: arbitragem nas modalidades coletivas, recreação e lazer e educação física escolar;

LV. Realizar o Festival da Canção de Nova Andradina;

LVI. Garantir a realização de Projetos Culturais, Projeto Caça Talentos, Projeto Cultura e Cidadania, Ciranda Cultural, Oficinas de Artes Visuais, Música, Teatro, Dança e Artesanato;

LVII. Garantir a realização e exposição de mostras culturais;

LVIII. Promover ações de incentivo às atividades culturais e manifestações populares;

LIX. Apoiar e fomentar a realização de atividades culturais, realizando convênios e concedendo auxílios a entidades organizadoras para sua realização;

LX. Coordenar a política cultural voltada a criação artística, na produção e consumo de bens e serviços culturais para todas as camadas da população, promovendo shows artísticos de interesse da comunidade;

LXI. Realizar espetáculo de encerramento das atividades da Fundação de Cultura;

LXII. Promover ornamentação Natalina e shows musicais para atender as diversas datas comemorativas do município;

LXIII. Garantir e assegurar o funcionamento do Conselho Municipal de Cultura;

LXIV. Implantar salas de cinema;

LXV. Incentivar e promover a produção de documentários, concurso de fotografia, dança, desenho, teatro e artes plásticas;

LXVI. Viabilizar parcerias com a Fundação Estadual de Cultura de MS, para a realização de projetos Culturais, Capacitações, Concursos e Workshops;

LXVII. Criar projetos culturais para concorrer a recursos do FIC;

LXVIII. Implantar projeto de resgate e valorização da Memória Cultural e do Patrimônio Histórico;

As metas físicas quantificadas a serem atingidas em 2020 podem ser assim estimadas:

Descrição	Met	
	Qtde	Unidade
Programa de alimentação escolar	6.200	Alunos
Ampliação, reforma e construção de unidades escolares	08	Unidades
Manutenção e encargos do ensino fundamental	6.200	Alunos
Manutenção do transporte escolar	1530	Alunos
Manutenção do conselho municipal de educação	01	Unidade
Implementação e manutenção da educação infantil (creche)	1500	Alunos
Construção, reforma e equipamentos para CEINFS (creche)	02	Unidades
Implementação e manutenção da educação infantil (pré escola)	1100	Alunos
Construção, reforma e equipamentos para os ceinfs (pré escola)	02	Unidades
Manutenção das atividades complexo esportivo	08	Unidades

**ORGANIZAÇÕES SOCIAIS AUTORIZADAS
A RECEBEREM RECURSOS PÚBLICOS EM 2020:**

1. Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Nova Andradina – MS – APAE;
2. Associação Nova Andradinense de Deficientes Físico – ANDEFI;
3. Instituto O Bom Menino;
4. Lar Alternativo São José;
5. Lar Sagrado Coração de Jesus;
6. Comunidade Católica Betel – BETEL/Projeto Vida Plena;
7. Fundação José Silveira Coutinho – Projeto Anjo da Guarda;
8. Sociedade Benemérita Creche SHALON;
9. Associação Comunitária de Educação e Ação Social de Nova Andradina-ACEASNA;
10. Associação de Reabilitação Parceiros da Vida – Esquadrão da Vida;
11. Associação Voluntária Projeto Vida Nova – Projeto Vida Nova;
12. Casa do Migrante de Nova Andradina.
13. Federação de Mato Grosso do Sul de Ciclismo;
14. Fundação Pio XII;
15. Sindicato Rural de Nova Andradina;
16. Associação Comercial e Empresarial de Nova Andradina – ACINA;
17. Conselho Comunitário de Segurança Pública de Nova Andradina – Consepna.
18. Clube Esportivo Nova Andradina
19. Centro de Formação Esportivo Menino de Ouro;
20. ONG Projeto Craque do Futuro;
21. Fundação Nova andradinense de Esporte e Lazer;
22. Associação Cultural Esportiva Nova Andradina
23. Associação Atletas de Agronomia de Nova Andradina
24. Associação dos Servidores Públicos Municipais de Nova Andradina;

Lei 1.531/2019 pág. 039

Lei 1.531/2019 pág. 041

MUNICÍPIO DE NOVA ANDRADINA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS
2020

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V, alínea "a") R\$ 1,00

RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES			
PLANO PREVIDENCIÁRIO			
	2016	2017	2018
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS			
RECEITAS CORRENTES (I)			
Receita de Contribuições dos Segurados			
Civil			
Ativo	4.014.699,84	5.426.109,15	4.118.526,14
Inativo	17.770,78	31.996,40	42.493,07
Previdentista	1.102,66	1.175,20	1.199,69
Militar			
Ativo			
Inativo			
Previdentista			
Receita de Contribuições Patronais			
Civil	6.889.256,96	5.445.451,58	6.889.561,90
Ativo			
Inativo			
Previdentista			
Militar			
Ativo			
Inativo			
Previdentista			
Em Regime de Parcelamento de Débitos			
Civil	516.640,38	397.978,20	
Receitas Imobiliárias			
Receitas de Valores Mobiliários	6.745.649,98	5.184.564,26	5.876.171,48
Outras Receitas Patrimoniais			
Receita de Serviços			
Receita de Aporte Periódico de Valores Predefinidos			
Outras Receitas Correntes	9.514,94	1.509,78	9.406,16
Compensação Previdenciária do RPPS para o RPPS			
Demais Receitas Correntes	(286.449,63)		
RECEITAS DE CAPITAL (II)			
Alienação de Bens, Direitos e Ativos			
Amortização de Empréstimos			
Outras Receitas de Capital			
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (III) = (I + II)	15.706.885,31	14.886.184,47	16.437.158,78
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS			
ADMINISTRAÇÃO (IV)			
Despesas Correntes	592.520,68	1.235.457,85	1.062.109,57
Despesas de Capital			
PREVIDÊNCIA (V)	3.784.522,22	4.466.317,45	5.911.203,09
Benefícios - Civil			
Aposentadorias	2.097.149,72	3.028.882,80	4.295.270,91
Pensoes	196.899,71	252.387,89	287.489,11
Outros Benefícios Previdenciários	1.180.870,97	1.180.446,42	1.809.465,97
Benefícios - Militar			
Reformas			
Pensoes			
Outros Benefícios Previdenciários			
Outras Despesas Previdenciárias			
Compensação Previdenciária do RPPS para o RPPS	349.708,32		18.747,60
Demais Despesas Previdenciárias	4.377.042,90	5.899.975,50	6.973.310,66
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (VI) = (IV + V)	4.377.042,90	5.899.975,50	6.973.310,66
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	11.329.842,41	8.986.208,97	9.463.848,12
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES			
VALOR	2016	2017	2018
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	2016	2017	2018
VALOR			
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS			
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar			
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos			
Outros Aportes para o RPPS			
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			
BENS E DIREITOS DO RPPS			
2016	2017	2018	
Casa e Equivalentes de Casa			352.447,74
Investimentos e Aplicações	5.610.795,07	42.931.010,57	50.006.135,14
Outro Bens e Direitos	87.855,98	102.900,89	111.149,87

Lei 1.531/2019 pág. 040

MUNICÍPIO DE NOVA ANDRADINA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
2020

AMF - Tabela 8 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V) R\$ 1,00

TRIBUTO	MODALIDADE	SETORES/PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2020	2021	2022	
IPTU	Isenção Desconto Remissão	Aposentados Geral	700.000,00	741.930,00	789.487,71	Para compensar a renúncia sempre mantemos o nosso cadastro imobiliário e econômico atualizado, evitando a evasão e receitas. Alteração na legislação tributária, excluindo alguns descontos condicionados e ocasionando o aumento na base de cálculo do IPTU
		Pessoas Carentes Lei Incentivo				
ISSQN	Isenção	Lei Incentivo	1.500.000,00	1.589.850,00	1.691.759,29	
Taxa de Fiscalização e Funcionamento	Desconto	Geral (quem paga a conta única dentro do vencimento)	89.263,50	89.387,41	101.786,46	
TOTAL			2.289.263,50	2.421.167,41	2.583.033,56	

MUNICÍPIO DE NOVA ANDRADINA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATORIAS DE CARÁTER CONTINUADO
2020

AMF - Tabela 9 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V) R\$ 1,00

EVENTOS	Valor Previsto
Aumento Permanente da Receita	12.832.639,05
(-) Transferências constitucionais	-
(-) Transferências ao FUNDEB	-
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	12.832.639,05
Redução Permanente de Despesa (II)	-
Margem Bruta (III) = (I-II)	12.832.639,05
1. Impacto do aumento real do salário mínimo	3.521.016,56
2. Crescimento Vegetativo dos Custos Sociais	1.759.911,83
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	5.289.928,39
Novas DOCC	-
Novas DOCC geradas por PPP	-
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	7.551.710,66

FONTE: Sistema, Unidade Responsável Prefeitura Municipal de Nova Andradina - MS.

Pelo Art. 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, é considerada obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei ou outro ato legítimo que fixe para a instituição a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios. A estimativa considera como ampliação das receitas o crescimento real da atividade econômica, dado que se refere à elevação da grandeza econômica ou numérica sobre a qual se aplica uma alíquota para se obter o montante a ser arrecadado.

A expansão das despesas está adstrita ao aumento da arrecadação das receitas ou redução compensatória da despesa

MUNICÍPIO DE NOVA ANDRADINA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
2020

ARF (LRF, art. 4º, § 3º) R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais			
Dívidas em Processo de Reconhecimento			
Avais e Garantias Concedidas			
Assunção de Passivos			
Assistência Diversas	50.000,00	Abertura de Créditos Adicionais a partir da Reserva de Contingência e Cancelamento de Dotação	50.000,00
Outros Passivos Contingentes	0,00		0,00
SUBTOTAL	50.000,00	SUBTOTAL	50.000,00
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação	20.240,76	Limitação de Empenho	20.240,76
Restituição de Tributos a Maior			
Aumento de Salários que possam impactar na Despesa com Pessoal	3.521.016,56	Abertura de Créditos Adicionais a partir da Reserva de Contingência e Cancelamento de Dotação	3.521.016,56
Discrepância de Projeções:			
Outros Riscos Fiscais			
SUBTOTAL	3.541.257,32	SUBTOTAL	3.541.257,32
TOTAL	3.591.257,32	TOTAL	3.591.257,32

FONTE: Sistema, Unidade Responsável Prefeitura Municipal de Nova Andradina - MS.

O Compromisso com o equilíbrio das contas públicas, preconizado pelo § 1.º do Art. 1.º da Lei de Responsabilidade Fiscal não se resume apenas a prever gastos e receitas, mas estende-se ao exercício de identificação dos principais riscos a que as contas públicas estão sujeitas no momento da elaboração orçamentária.

Um dos riscos que afetam o cumprimento de determinada meta são os chamados riscos orçamentários que são aqueles que dizem respeito à possibilidade de as receitas e despesas previstas não se confirmarem, isto é, de existir desvios de previsões entre as receitas ou despesas orçadas e as realizadas, por consequência da frustração da arrecadação de determinada receita, em decorrência de fatos novos e imprevisíveis à época da elaboração orçamentária.

Os riscos que decorrem de possível crescimento do salário mínimo que possa gerar impacto nas despesas com pessoal e ou fixação de créditos insuficientes para amortização e juros da dívida, será objeto de abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Continuidade.

Com relação a esses riscos, a LRF no seu artigo 9.º, prevê que ao final de um bimestre, se a realização da receita não comportar o cumprimento das metas, o Município promoverá, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira. Este mecanismo permite que desvios em relação às previsões sejam corrigidas ao longo do ano de forma a não afetar o equilíbrio orçamentário. Dessa forma, os riscos orçamentários são compensados por meio de realocação e redução da despesa.

A segunda categoria compreende os chamados riscos de dívida. Os chamados passivos contingentes são um risco de dívida, visto que são dívidas cuja existência depende de fatores imprevisíveis.

Os Riscos Fiscais de possíveis acontecimentos que possam impactar negativamente as contas públicas serão objetos de abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência e também a realocação e redução de despesas discricionárias.

Prefeito Municipal

Publicação Trimestral de Ata de Registro de Preços

EXTRATO 3ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 106/2018, originada do processo licitatório Pregão Presencial Nº 169/2018 objeto: **ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO, ATRAVÉS DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO, PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER A FARMÁCIA NÃO BÁSICA**, tendo como FORNECEDORES (es) DIMASTER - COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA., CNPJ nº 02.520.829/0001-40; DIMENSÃO COMÉRCIO DE ARTIGOS M. HOSPITALARES LTDA., CNPJ nº 03.924.435/0001-10; CENTERMED COM. DE PROD. DE PROD. HOSPITALARES LTDA, CNPJ nº 03.652.030/0001-70; COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA, CNPJ nº 67.729.178/0004-91; CRISTALIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACEUTICOS LTDA, CNPJ nº 44.734.671/0001-51; A.D. DAMINELLI - EIRELI, CNPJ nº 10.749.758/0001-80; DISTRIBUIDORA BRASIL COM. DE PRODUTOS MEDICOS HOSP, CNPJ nº 07.640.617/0001-10; COMERCIAL MARK ATACADISTA EIRELI, CNPJ nº 09.315.996/0001-07; CIENTIFICA MEDICA HOSPITALAR LTDA, CNPJ nº 07.847.837/0001-10; CIRURGICA ONIX - EIRELI, CNPJ nº 20.419.709/0001-33; PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA., CNPJ nº 81.706.251/0001-98 - vigência 17/09/2018 à 16/09/2019. O MUNICÍPIO DE NOVA ANDRADINA - MS, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, por meio do Setor de Licitação, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei nº 8.666/93, torna público, que **NÃO HOUVE ALTERAÇÃO** de valores e ficam **MANTIDOS** os preços registrados na presente Ata de Registro de Preços.

Nova Andradina - MS, 15 de Junho de 2019.

Arion Aislan de Sousa
Secretário Municipal de Saúde

Publicação Trimestral de Ata de Registro de Preços

EXTRATO 3ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 120/2018, originada do processo licitatório Pregão Presencial Nº 186/2018 objeto: **PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TELECOMUNICAÇÃO E ATIVOS DE REDE PARA ATENDER O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E SUAS RAMIFICAÇÕES**, tendo como FORNECEDORES (es): EVERTON LUIZ OSHIRO-ME CNPJ nº 01.592.442/0001-37, ANDRE MIRANDOLA CNPJ nº 04.860.249/0001-28, NETSOLAR TECNOLOGIAS EIRELI - EPP CNPJ nº 07.033.902/0001-73, MALLONE COMERCIO E SERVIÇOS LTDA-ME CNPJ nº 00.589.733/0001-03, MM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA-EPP CNPJ nº 15.275.465/0001-22, vigência 09/10/2018 à 08/10/2019. O MUNICÍPIO DE NOVA ANDRADINA - MS, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, por meio do Setor de Licitação, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei nº 8.666/93, torna público, que **NÃO HOUVE ALTERAÇÃO** de valores e ficam **MANTIDOS** os preços registrados na presente Ata de Registro de Preços.

Nova Andradina - MS, 08 de Julho de 2019.

Arion Aislan de Sousa
Secretário Municipal de Saúde

Replicado por incorreção

Publicação Trimestral de Ata de Registro de Preços

EXTRATO 3ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 118/2018, originada do processo licitatório Pregão Presencial Nº 184/2018 objeto: **AQUISIÇÃO DE CARGA DE GÁS PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SUAS RAMIFICAÇÕES**. Tendo como FORNECEDOR (es): M. R. DE SOUSA DISTRIBUIDORA DE GÁS - EPP, CNPJ nº 07.075.215/0001-10, - vigência 04/10/2018 à 03/10/2019. O MUNICÍPIO DE NOVA ANDRADINA - MS, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, por meio do Setor de Licitação, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei nº 8.666/93, torna público, que **NÃO HOUVE ALTERAÇÃO** de valores e ficam **MANTIDOS** os preços registrados na presente Ata de Registro de Preços.

Nova Andradina - MS, 02 de Julho de 2019.

Arion Aislan de Sousa
Secretário Municipal de Saúde

Lei 1.531/2019 pág. 036

- 25.Pata da Onça Bike Clube
- 26 Associação de Ciclismo e Atletismo de Nova Andradina;
- 27.Federação de Basketball de Mato Grosso do Sul;
- 28.Fundação Serviços de Saúde de Nova Andradina - FUNSAU;
- 29.Federação de Futebol de Mato Grosso do Sul;
- 30.Federação de Futebol de Salão Mato Grosso do Sul;
- 31.Federação de Voleibol de Mato Grosso do Sul;
- 32.Federação de Atletismo de Mato Grosso do Sul;
- 33.Federação de Judô de Mato Grosso do Sul;
- 34.Federação de Automobilismo de Mato Grosso do Sul;
- 35.Federação de Motociclismo de Mato Grosso do Sul;
- 36.Federação de Xadrez de Mato Grosso do Sul;
- 37.Federação Escolar de Esportes de Mato Grosso do Sul;
- 38.Federação Sul-Mato-Grossense de Badminton;

Metodologia de Cálculo

Taxa média de inflação no período

Especificação	2017 (1)	2018 (2)	2019 (3)	2020 (4)	2021 (5)	2022 (6)
Inflação Média (% anual)						
Projetada	8,87%	8,66%	5,08%	6,34%	5,99%	6,41%

FONTE: SEMAGRO/MS 2020

Índice de deflação para apuração do valor constante:

Ano 2017 =	1,089
Ano 2018 =	1,087
Ano 2019 =	1,051
Ano 2020 =	1,040
Ano 2021 =	1,079
Ano 2022 =	1,125

Lei 1.531/2019 pág. 038

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2020 – ANEXO II e III DOS DEMONSTRATIVOS FISCAIS

MUNICÍPIO DE NOVA ANDRADINA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS
2020

AMF - Demonstrativo I (RF, art. 4º, § 1º)

R\$ 100

ESPECIFICAÇÃO	2020				2021				2022			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante (a / PIB) x 100	% PIB (a / RCL) x 100	% RCL	Valor Corrente (b)	Valor Constante (b / PIB) x 100	% PIB (b / RCL) x 100	% RCL	Valor Corrente (c)	Valor Constante (c / PIB) x 100	% PIB (c / RCL) x 100	% RCL
Receita Total	202.407.556,00	194.632.650,00	173,48	109,52	214.631.768,60	198.804.623,36	173,35	109,52	228.283.254,97	203.944.155,12	173,20	109,52
Receitas Primárias (I)	196.244.899,60	188.496.260,00	168,20	106,19	207.999.110,57	192.770.260,03	168,07	106,19	221.331.853,53	196.764.948,87	167,93	106,19
Despesa Total	202.407.556,00	194.632.650,00	173,48	109,52	214.631.768,60	198.804.623,36	173,35	109,52	228.283.254,97	203.944.155,12	173,20	109,52
Despesas Primárias (II)	196.731.382,20	191.087.867,50	170,33	107,63	210.635.391,99	195.213.523,63	170,20	107,63	224.137.120,62	199.258.235,48	170,06	107,63
Resultado Primário (III) = (I - II)	2.487.292,60	2.391.627,50	2,13	1,85	2.636.281,43	2.443.236,60	2,13	1,85	2.895.267,07	2.493.888,62	2,13	1,85
Resultado Nominal	380.388,20	365.758,91	0,33	0,31	382.174,24	354.192,99	0,31	0,30	433.646,86	385.354,11	0,33	0,31
Dívida Pública Consolidada	23.453.819,63	23.551.799,66	20,38	12,69	24.858.798,45	23.898.650,09	20,89	12,69	26.452.146,94	23.515.997,66	20,87	12,69
Dívida Consolidada Líquida	6.380.204,28	6.134.811,80	5,47	3,45	6.762.378,51	6.267.264,61	5,46	3,45	7.195.846,97	6.397.118,72	5,46	3,45
Receitas Primárias adriadas de PPP (IV)												
Despesas Primárias geradas por PPP (V)												
Impacto do saldo de PPP (VI) = (IV) - (V)												

FONTE: Sistema - Unidade Responsável Prefeitura Municipal de Nova Andradina -MS.

PROJEÇÃO DO PRODUTO INTERNO BRUTO/PIB DE MATO GROSSO DO SUL

VARIÁVEIS	Exercícios		
	2020	2021	2022
Inflação Média (% anual) projetada com base em índice oficial de inflação	6,34	5,99	6,41
IPCA	4	3,75	4,25
Taxa Crescimento	2,34	2,24	2,16
PIB/MS Valor Corrente	116.672.970,00	123.758.980,00	131.802.640,00
RCL	28.931.446	30.664.439	32.630.030

FONTE: SEMAGRO/MS 2020

A metodologia adotada para fixação das metas fiscais, conforme LRF, art. 4º, § 1º, para os exercícios de 2020 a 2022 é perfeitamente aceitável e realista, pois foi adotado para as projeções a base legal vigente no corrente ano, incrementada com o crescimento projetado pelo PIB do Estado de Mato Grosso do Sul.

Lei 1.531/2019 pág. 037

MUNICÍPIO DE NOVA ANDRADINA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
2020

AMF - Demonstrativo II (LRF, art.4º, §2º, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	I-Metas Previstas em 2018 (a)	% PIB ANO 2018	% RCL	II-Metas Realizadas em 2018 (b)	% PIB ANO 2018	% RCL	Variação	
							Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x
Receita Total	180.000.000,00	174,42	117,19	171.007.567,04	165,71	111,33	8.992.432,96	5,00
Receitas Primárias (I)	171.703.000,00	166,38	111,79	164.943.296,43	159,74	107,32	6.859.703,57	4,00
Despesa Total	180.000.000,00	174,42	117,19	163.113.084,99	158,06	106,19	16.886.915,01	9,38
Despesa Primárias (II)	178.541.000,00	173,01	116,24	159.820.436,14	154,87	104,05	18.720.563,86	10,49
Resultado Primário (III) = (I - II)	10.186.641,69	5,02	3,95	5.022.860,29	4,87	3,27	11.860.860,29	173,46
Resultado Nominal	4.998.998,82	0,48	0,33	6.095.477,61	5,91	3,97	5.595.578,79	119,34
Dívida Pública Consolidada	15.359.744,83	14,88	10,00	20.989.247,14	20,34	13,67	5.629.502,31	36,65
Dívida Consolidada Líquida	6.272.402,53	6,08	4,08	5.709.760,13	5,53	3,72	562.642,40	8,97

FONTE: Sistema - Unidade Responsável Prefeitura Municipal de Nova Andradina -MS.

MUNICÍPIO DE NOVA ANDRADINA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES
2020

AMF - Demonstrativo III (LRF, art.4º, §2º, inciso II)

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2017	2018	%	2019	%	2020	%	2021	2022		
Receita Total	154.516.034,85	171.007.567,04	10,67	190.340.000,00	11,31	202.407.556,00	6,34	214.631.768,60	5,99	228.283.254,97	6,41
Receitas Primárias (I)	153.150.024,61	164.843.296,43	7,64	184.544.000,00	11,95	196.244.899,60	6,34	207.999.110,57	5,99	221.331.853,53	6,41
Despesa Total	144.732.973,41	163.113.084,99	12,70	190.340.000,00	16,69	202.407.556,00	6,34	214.631.768,60	5,99	228.283.254,97	6,41
Despesas Primárias (II)	142.963.382,92	159.820.436,14	11,79	186.883.000,00	16,93	197.313.822,20	6,34	210.635.391,99	5,99	224.137.120,62	6,41
Resultado Primário (III) = (I - II)	10.186.641,69	5.022.860,29	50,69	2.359.000,00	14,657	2.487.292,60	6,34	2.636.281,43	5,99	2.493.888,62	6,41
Resultado Nominal	13.730.895,56	6.095.477,61	144,39	290.055,81	95,24	380.388,20	31,14	382.174,24	0,47	433.646,86	134,2
Dívida Pública Consolidada	14.135.601,72	20.989.247,14	48,48	22.055.500,89	5,08	23.453.819,63	6,34	24.858.798,45	5,97	26.452.146,94	6,41
Dívida Consolidada Líquida	5.772.503,71	5.709.760,13	1,09	5.999.815,94	5,08	6.380.204,28	6,34	6.762.378,51	5,99	7.195.846,97	6,41

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2017	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%
Receita Total	168.221.607,14	185.816.822,35	10,46	190.340.000,00	2,43	194.632.650,00	2,25	198.804.623,36	2,16	203.944.155,12	2,07
Receitas Primárias(I)	166.734.431,79	179.118.725,90	7,43	184.544.000,00	3,03	188.496.240,00	2,25	192.770.260,03	2,16	196.764.948,87	2,07
Despesa Total	167.570.788,15	177.238.678,15	12,48	190.340.000,00	7,39	194.632.650,00	2,25	198.804.623,36	2,16	202.944.155,12	2,07
Despesas Primárias (II)	155.644.234,99	173.666.889,91	11,58	184.683.000,00	7,81	191.087.867,50	2,25	195.213.523,63	2,16	199.258.235,48	2,07
Resultado Primário (III) = (I - II)	11.090.196,81	5.457.839,99	50,79	2.359.000,00	143,86	2.976.275,50	2,25	2.462.260,60	2,16	2.493.888,62	2,07
Resultado Nominal	14.948.819,46	6.623.345,97	144,31	190.055,81	95,62	365.758,01	26,10	354.192,99	3,16	385.354,11	8,80
Dívida Pública Consolidada	15.089.429,59	22.806.915,94	48,20	22.055.500,89	3,29	22.551.749,66	2,25	23.898.650,09	2,16	23.515.997,66	2,07
Dívida Consolidada Líquida	6.284.524,79	6.204.225,36	1,28	5.999.815,94	3,29	6.134.811,80	2,25	6.267.264,61	2,16	6.397.118,72	2,07

FONTE: Sistema - Unidade Responsável Prefeitura Municipal de Nova Andradina -MS.

MUNICÍPIO DE NOVA ANDRADINA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
2020

AMF - Demonstrativo IV (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 100

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2018	%	2017	%	2016	%
Patrimônio	72.572.949,94	-	91.037.865,28	100	89.881.395,54	100
Reservas	-	-	-	-	-	-
Resultado Acumulado	-	-	-	-	-	-
TOTAL	72.572.949,94	-	91.037.865,28	100	89.881.395,54	100

REGIME PREVIDENCIÁRIO **						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2018	%	2017	%	2016	%
Patrimônio	(23.744.147,04)	-	8.327.457,93	-	12.004.955,57	-
Reservas	-	-	-	-	-	-
Lucros ou Prejuízos Acumulados	-	-	-	-	-	-
TOTAL	(23.744.147,04)	-	8.327.457,93	-	12.004.955,57	-

FONTE: Sistema - Unidade Responsável Prefeitura Municipal de Nova Andradina -MS.

MUNICÍPIO DE NOVA ANDRADINA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
2020

AMF - Demonstrativo V (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

R\$ 100

RECEITAS REALIZADAS	2018 (a)	2017 (b)	2016 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	-	-	298.626,20
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	-	-	298.626,20
Alienação de Bens Móveis	-	-	145.728,00
Alienação de Bens Imóveis	-	-	152.898,20
DESPESAS EXECUTADAS	2018 (d)	2017 (e)	2016 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	-	-	298.626,20
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	298.626,20
Investimentos	-	-	298.626,20
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID.	-	-	-
Regime Geral de Previdência Social	-	-	-
Regime Próprio dos Servidores Públicos	-	-	-
SALDO FINANCEIRO	(g) = ((Ia-IIId) + III h)	(h) = ((Ib - IId) + III h)	(I) = (Ic - IIIf)
VALOR III	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sistema - Unidade Responsável Prefeitura Municipal de Nova Andradina -MS.

Publicação Trimestral de Ata de Registro de Preços

EXTRATO 1ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 122/2018, originada do processo licitatório Pregão Presencial Nº 192/2018; objeto: **Aquisição de materiais de construção e elétricos, para atender o Fundo Municipal de Saúde e suas ramificações**, tendo como FORNECEDORES (es) CAMPOTEL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS LT, CNPJ nº 17.889.948/0001-42, COMERCIAL ELÉTRICA ANZAI LIMITADA, CNPJ nº 03.922.226/0001-38, COMERCIAL SANTA MARIA MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO ANZAI LIMITADA, CNPJ nº 09.253.776/0001-98, CONCORDIA MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA - EPP, CNPJ nº 16.041.907/0002-10, CORNETO & PEREIRA LTDA, CNPJ nº 12.971.911/0001-45; vigência 18/10/2018 à 17/10/2019. O MUNICÍPIO DE NOVA ANDRADINA – MS, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, por meio do Setor de Licitação, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei nº 8.666/93, torna público, que **NÃO HOUVE ALTERAÇÃO** de valores e ficam **MANTIDOS** os preços registrados na presente Ata de Registro de Preços.

Arion Aislan de Sousa
Secretário Municipal de Saúde

Publicação Trimestral de Ata de Registro de Preços

EXTRATO 2ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 122/2018, originada do processo licitatório Pregão Presencial Nº 192/2018; objeto: **Aquisição de materiais de construção e elétricos, para atender o Fundo Municipal de Saúde e suas ramificações**, tendo como FORNECEDORES (es) CAMPOTEL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS LT, CNPJ nº 17.889.948/0001-42, COMERCIAL ELÉTRICA ANZAI LIMITADA, CNPJ nº 03.922.226/0001-38, COMERCIAL SANTA MARIA MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO ANZAI LIMITADA, CNPJ nº 09.253.776/0001-98, CONCORDIA MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA - EPP, CNPJ nº 16.041.907/0002-10, CORNETO & PEREIRA LTDA, CNPJ nº 12.971.911/0001-45; vigência 18/10/2018 à 17/10/2019. O MUNICÍPIO DE NOVA ANDRADINA – MS, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, por meio do Setor de Licitação, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei nº 8.666/93, torna público, que **NÃO HOUVE ALTERAÇÃO** de valores e ficam **MANTIDOS** os preços registrados na presente Ata de Registro de Preços.

Arion Aislan de Sousa
Secretário Municipal de Saúde

Publicação Trimestral de Ata de Registro de Preços

EXTRATO 3ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 122/2018, originada do processo licitatório Pregão Presencial Nº 192/2018; objeto: **Aquisição de materiais de construção e elétricos, para atender o Fundo Municipal de Saúde e suas ramificações**, tendo como FORNECEDORES (es) CAMPOTEL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS LT, CNPJ nº 17.889.948/0001-42, COMERCIAL ELÉTRICA ANZAI LIMITADA, CNPJ nº 03.922.226/0001-38, COMERCIAL SANTA MARIA MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO ANZAI LIMITADA, CNPJ nº 09.253.776/0001-98, CONCORDIA MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA - EPP, CNPJ nº 16.041.907/0002-10, CORNETO & PEREIRA LTDA, CNPJ nº 12.971.911/0001-45; vigência 18/10/2018 à 17/10/2019. O MUNICÍPIO DE NOVA ANDRADINA – MS, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, por meio do Setor de Licitação, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei nº 8.666/93, torna público, que **NÃO HOUVE ALTERAÇÃO** de valores e ficam **MANTIDOS** os preços registrados na presente Ata de Registro de Preços.

Arion Aislan de Sousa
Secretário Municipal de Saúde

Publicação Trimestral de Ata de Registro de Preços

EXTRATO 3ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 121/2018, originada do processo licitatório Pregão Presencial Nº 188/2018; objeto: **A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM REPAROS E CONCERTOS VARIADOS DE SERVIÇOS: SERRALHERIA E TAPEÇARIA, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SUAS RAMIFICAÇÕES**. Tendo como FORNECEDOR (es): CLAUDICEIA DOS SANTOS CAVALHEIRO-ME, CNPJ nº 13.185.057/0001-54; vigência 15/10/2018 à 14/10/2019. O MUNICÍPIO DE NOVA ANDRADINA – MS, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, por meio do Setor de Licitação, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei nº 8.666/93, torna público, que **NÃO HOUVE ALTERAÇÃO** de valores e ficam **MANTIDOS** os preços registrados na presente Ata de Registro de Preços.

Arion Aislan de Sousa
Secretário Municipal de Saúde

Publicação Trimestral de Ata de Registro de Preços

EXTRATO 3ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 117/2018, originada do processo licitatório Pregão Presencial Nº 183/2018; objeto: O OBJETO DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, É CONFORME AS ESPECIFICAÇÕES ABAIXO RELACIONADAS: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, PARA ATENDER PACIENTES USUÁRIOS DO SUS DO MUNICÍPIO DE NOVA ANDRADINA, tendo como FORNECEDORES (es): A D DAMINELLI-EIRELI, CNPJ: 10.749.758/0001-80, vigência 03/10/2018 à 02/10/2019. O MUNICÍPIO DE NOVA ANDRADINA – MS, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, por meio do Setor de Licitação, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei nº 8.666/93, torna público, que **NÃO HOUVE ALTERAÇÃO** de valores e ficam **MANTIDOS** os preços registrados na presente Ata de Registro de Preços.

Arion Aislan de Sousa
Secretário Municipal de Saúde

Publicação Trimestral de Ata de Registro de Preços

EXTRATO 2ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 143/2018, originada do processo licitatório Pregão Presencial Nº 224/2018; objeto: **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS CONFECCIONADOS EM GRÁFICAS, TAIS COMO: PANFLETOS, FICHAS, PRONTUÁRIOS, RECEITUÁRIOS, FAIXAS, BANNERS, FAIXAS ETC. COM A FINALIDADE DE ATENDER AS CAMPANHAS DE SAÚDE DESENVOLVIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, BEM COMO AS NECESSIDADES DO TRABALHO DIÁRIO DAS UNIDADES**, tendo como FORNECEDORES (es) GRÁFICA E EDITORA CRISTO REI LTDA, CNPJ nº 03.921.301/0001-46, M. S. DO NASCIMENTO GRAFICA, CNPJ nº 08.587.869/0001-96, BRUNO ARIZOLI CORREIA BATISTA - ME, CNPJ nº 01.764.084/0001-00, ANA A. B. A. RODRIGUES - ME, CNPJ nº 02.549.248/0001-31, REZENDE & DINIZ NETO LTDA, CNPJ nº 02.001.655/0001-00; vigência 06/12/2018 à 05/12/2019. O MUNICÍPIO DE NOVA ANDRADINA – MS, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, por meio do Setor de Licitação, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei nº 8.666/93, torna público, que **NÃO HOUVE ALTERAÇÃO** de valores e ficam **MANTIDOS** os preços registrados na presente Ata de Registro de Preços.

Arion Aislan de Sousa
Secretário Municipal de Saúde

Publicação Trimestral de Ata de Registro de Preços

EXTRATO 2ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 144/2018, originada do processo licitatório Pregão Presencial Nº 225/2018; objeto: **AQUISIÇÃO DE DIVISÓRIAS E PORTAS EM EUCATEX, FECHADURAS, FORROS, VIDROS E VISORES DE VIDRO, POIS OS MESMOS SERÃO UTILIZADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SUAS RAMIFICAÇÕES NA MANUTENÇÃO DE BENS E IMÓVEIS, NO ANO DE 2018**. Tendo como FORNECEDOR (es): JOSE COLCHETE DA SILVA & CIA LTDA, CNPJ nº 00.916.866/0001-47, vigência 08/12/2018 à 09/12/2019. O MUNICÍPIO DE NOVA ANDRADINA – MS, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, por meio do Setor de Licitação, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei nº 8.666/93, torna público, que **NÃO HOUVE ALTERAÇÃO** de valores e ficam **MANTIDOS** os preços registrados na presente Ata de Registro de Preços.

Arion Aislan de Sousa
Secretário Municipal de Saúde

Publicação Trimestral de Ata de Registro de Preços

EXTRATO 2ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 153/2018, originada do processo licitatório Pregão Presencial Nº 237/2018; objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES, TIPO MARMITEX E SELF-SERVICE, PARA ATENDER EVENTOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SUAS RAMIFICAÇÕES; CAMPANHAS DE SAÚDE**. Tendo como FORNECEDOR: SANDRA REINA-MEI, CNPJ nº 23.392.612/0001-72, vigência 13/12/2018 à 12/12/2019. O MUNICÍPIO DE NOVA ANDRADINA – MS, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, por meio do Setor de Licitação, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei nº 8.666/93, torna público, que **NÃO HOUVE ALTERAÇÃO** de valores e ficam **MANTIDOS** os preços registrados na presente Ata de Registro de Preços.

Arion Aislan de Sousa
Secretário Municipal de Saúde

Publicação Trimestral de Ata de Registro de Preços

EXTRATO 1ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2019, originada do processo licitatório Pregão Presencial Nº 006/2019; objeto: **AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS E SOLUÇÕES PARA ATENDER O CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS ROMUALDO JARETA, CENTRO DE REFERENCIA A SAUDE DA MULHER E O LABORATORIO MUNICIPAL NACIM ABRÃO**, tendo como FORNECEDOR: MS SAUDE DISTRIBUIDORA DE MATERIAL HOSPITALAR LTDA -; vigência 30/01/2019 à 29/01/2020. O MUNICÍPIO DE NOVA ANDRADINA – MS, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, por meio do Setor de Licitação, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei nº 8.666/93, torna público, que **NÃO HOUVE ALTERAÇÃO** de valores e ficam **MANTIDOS** os preços registrados na presente Ata de Registro de Preços.

Arion Aislan de Sousa
Secretário Municipal de Saúde

Publicação Trimestral de Ata de Registro de Preços

EXTRATO 2ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2019, originada do processo licitatório Pregão Presencial Nº 006/2019; objeto: **AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS E SOLUÇÕES PARA ATENDER O CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS ROMUALDO JARETA, CENTRO DE REFERENCIA A SAUDE DA MULHER E O LABORATORIO MUNICIPAL NACIM ABRÃO**, tendo como FORNECEDOR: MS SAUDE DISTRIBUIDORA DE MATERIAL HOSPITALAR LTDA -; vigência 30/01/2019 à 29/01/2020. O MUNICÍPIO DE NOVA ANDRADINA – MS, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, por meio do Setor de Licitação, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei nº 8.666/93, torna público, que **NÃO HOUVE ALTERAÇÃO** de valores e ficam **MANTIDOS** os preços registrados na presente Ata de Registro de Preços.

Arion Aislan de Sousa
Secretário Municipal de Saúde

Publicação Trimestral de Ata de Registro de Preços

EXTRATO 2ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2019, originada do processo licitatório Pregão Presencial Nº 008/2019; objeto: **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE, COM O OBJETIVO DE ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SUAS RAMIFICAÇÕES, BEM COMO, AS CAMPANHAS DE SAÚDE DESENVOLVIDAS POR ESSA SECRETARIA NO EXERCÍCIO DE 2019**, tendo como FORNECEDORES (es) ANDRE MIRANDOLA, CNPJ nº 04.860.249/0001-28, LUCELENE BARBOSA NUNES ASSIS - ME, CNPJ nº 12.772.384/0001-40, LIVRARIA E PAPELARIA INTEGRAÇÃO LTDA - ME, CNPJ nº 00.992.206/0001-45, MALLONE COM E SERVIÇOS LTDA ME, CNPJ nº 00.589.733/0001-03, MALLONE COM E SERVIÇOS LTDA ME, CNPJ nº 00.589.733/0001-03, SK DOURADOS PAPELARIA E ARTIGOS MEDICOS EIRELI, CNPJ nº 24.405.112/0001-90, SK DOURADOS PAPELARIA E ARTIGOS MEDICOS EIRELI, CNPJ nº 24.405.112/0001-90, ALFA SUPRIMENTOS ESCOLARES E PARA ESCRITORIO EIREL, CNPJ nº 23.932.921/0001-98, LIVRARIA E PAPELARIA SANTA RITA LTDA, CNPJ nº 00.137.534/0001-64, -; vigência 01/02/2019 à 31/01/2020. O MUNICÍPIO DE NOVA ANDRADINA – MS, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, por meio do Setor de Licitação, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei nº 8.666/93, torna público, que **NÃO HOUVE ALTERAÇÃO** de valores e ficam **MANTIDOS** os preços registrados na presente Ata de Registro de Preços.

Arion Aislan de Sousa
Secretário Municipal de Saúde

Publicação Trimestral de Ata de Registro de Preços

EXTRATO 2ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2019, originada do processo licitatório Pregão Presencial Nº 008/2019; objeto: **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE, COM O OBJETIVO DE ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SUAS RAMIFICAÇÕES, BEM COMO, AS CAMPANHAS DE SAÚDE DESENVOLVIDAS POR ESSA SECRETARIA NO EXERCÍCIO DE 2019**, tendo como FORNECEDORES (es) ANDRE MIRANDOLA, CNPJ nº 04.860.249/0001-28, LUCELENE BARBOSA NUNES ASSIS - ME, CNPJ nº 12.772.384/0001-40, LIVRARIA E PAPELARIA INTEGRAÇÃO LTDA - ME, CNPJ nº 00.992.206/0001-45, MALLONE COM E SERVIÇOS LTDA ME, CNPJ nº 00.589.733/0001-03, MALLONE COM E SERVIÇOS LTDA ME, CNPJ nº 00.589.733/0001-03, SK DOURADOS PAPELARIA E ARTIGOS MEDICOS EIRELI, CNPJ nº 24.405.112/0001-90, SK DOURADOS PAPELARIA E ARTIGOS MEDICOS EIRELI, CNPJ nº 24.405.112/0001-90, ALFA SUPRIMENTOS ESCOLARES E PARA ESCRITORIO EIREL, CNPJ nº 23.932.921/0001-98, LIVRARIA E PAPELARIA SANTA RITA LTDA, CNPJ nº 00.137.534/0001-64, -; vigência 01/02/2019 à 31/01/2020. O MUNICÍPIO DE NOVA ANDRADINA – MS, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, por meio do Setor de Licitação, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei nº 8.666/93, torna público, que **NÃO HOUVE ALTERAÇÃO** de valores e ficam **MANTIDOS** os preços registrados na presente Ata de Registro de Preços.

Arion Aislan de Sousa
Secretário Municipal de Saúde

Publicação Trimestral de Ata de Registro de Preços

EXTRATO 1ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 049/2019, originada do processo licitatório Pregão Presencial Nº 056/2019; objeto: **AQUISIÇÃO DE UNIFORMES, JALECOS, CAMISETAS PARA CAMPANHAS DE SAÚDE E BOLSAS PARA TRABALHO, PARA ATENDER AOS FUNCIONÁRIOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E AS SUAS RAMIFICAÇÕES**, tendo como FORNECEDORES (es) G & L INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, CNPJ nº 01.236.234/0001-03, F. C. SOBRAL - ARTIGOS DO VESTUÁRIO, CNPJ nº 15.148.472/0001-63, ARTE CAMISETAS LTDA - EPP, CNPJ nº 97.371.090/0001-69, KAREN OLIVER UNIFORMES PROFISSIONAIS EIRELI, CNPJ nº 05.074.839/0001-98, NR SERIGRAFIA E CONFECÇÕES LTDA - EPP, CNPJ nº 07.097.360/0001-00, MARIA DO SOCORRO SOUSA DO VALE, CNPJ nº 26.461.086/0001-43, JOYCE CAROLINE DA CONCEIÇÃO CONFECÇÕES EPP-; vigência 12/04/2019 à 11/04/2020. O MUNICÍPIO DE NOVA ANDRADINA – MS, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, por meio do Setor de Licitação, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei nº 8.666/93, torna público, que **NÃO HOUVE ALTERAÇÃO** de valores e ficam **MANTIDOS** os preços registrados na presente Ata de Registro de Preços.

Arion Aislan de Sousa
Secretário Municipal de Saúde

Publicação Trimestral de Ata de Registro de Preços

EXTRATO 1ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 035/2019, originada do processo licitatório Pregão Presencial Nº 050/2019; objeto: **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE PROCESSAMENTO DE DADOS(REMANUFATURAS DE CARTUCHOS, CARTUCHOS, FORNECIMENTO DE PEÇAS E GARANTIA), PARA ATENDER O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E SUAS RAMIFICAÇÕES**, tendo como FORNECEDORES (es) MALLONE COM E SERVIÇOS LTDA ME; ELETRÓINHO COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE ELETRONICO; ERICK WILLIAN VINHOLI DOS SANTOS; EVERTON LUIZ OSHIRO ME; M. A. DA SILVA - EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO-; vigência 15/03/2019 à 04/03/2020. O MUNICÍPIO DE NOVA ANDRADINA – MS, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, por meio do Setor de Licitação, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei nº 8.666/93, torna público, que **NÃO HOUVE ALTERAÇÃO** de valores e ficam **MANTIDOS** os preços registrados na presente Ata de Registro de Preços.

Arion Aislan de Sousa
Secretário Municipal de Saúde

Publicação Trimestral de Ata de Registro de Preços

EXTRATO 1ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 044/2019, originada do processo licitatório Pregão Presencial Nº 074/2019; objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CASTRAÇÃO, INCLUINDO OS PROCEDIMENTOS PRÉ-OPERATORIO, EM CÃES E GATOS (DE RUA OU DOMICILIADOS), PARA ATENDER PROJETO DO CENTRO DE CONTROLE DE ZOOZOSES-CCZ**, tendo como FORNECEDORES (es) ASSESSORIA ZANATTA GULYAS LTDA -; vigência 03/04/2019 à 02/04/2020. O MUNICÍPIO DE NOVA ANDRADINA – MS, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, por meio do Setor de Licitação, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei nº 8.666/93, torna público, que **NÃO HOUVE ALTERAÇÃO** de valores e ficam **MANTIDOS** os preços registrados na presente Ata de Registro de Preços.

Arion Aislan de Sousa
Secretário Municipal de Saúde

Publicação Trimestral de Ata de Registro de Preços

EXTRATO 1ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 041/2019, originada do processo licitatório Pregão Presencial Nº 070/2019; objeto: **AQUISIÇÃO DE MATERIAS E REAGENTES (MATERIAL DE CONSUMO) PARA ATENDER AO LABORATÓRIO MUNICIPAL "NACIM ABRAÃO"**, tendo como FORNECEDORES (es) M.S. DIAGNOSTICA LTDA, DIAGNOLAB LABORATORIOS EIRELI-; vigência 28/03/2019 à 27/03/2020. O MUNICIPIO DE NOVA ANDRADINA – MS, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, por meio do Setor de Licitação, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei nº 8.666/93, torna público, que **NÃO HOUVE ALTERAÇÃO** de valores e ficam **MANTIDOS** os preços registrados na presente Ata de Registro de Preços.

Arion Aíslan de Sousa
Secretário Municipal de Saúde

Publicação Trimestral de Ata de Registro de Preços

EXTRATO 1ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 052/2019, originada do processo licitatório Pregão Presencial Nº 088/2019; objeto: **AQUISIÇÃO DE MATERIAS E REAGENTES (MATERIAL DE CONSUMO) PARA ATENDER AO LABORATÓRIO MUNICIPAL "NACIM ABRAÃO"**, tendo como FORNECEDORES (es) DIAGNOLAB LABORATORIOS EIRELI, M.S. DIAGNOSTICA LTDA, CNPJ nº 00.970.175/0001-21. Vigência 23/04/2019 à 22/04/2020. O MUNICIPIO DE NOVA ANDRADINA – MS, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, por meio do Setor de Licitação, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei nº 8.666/93, torna público, que **NÃO HOUVE ALTERAÇÃO** de valores e ficam **MANTIDOS** os preços registrados na presente Ata de Registro de Preços.

Arion Aíslan de Sousa
Secretário Municipal de Saúde

**Estado de Mato Grosso do Sul
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 162/2019.**

A Prefeitura Municipal de Nova Andradina torna público aos interessados a realização do Pregão Presencial nº 162/2019 do Processo nº 75908/2019 – FLY nº 0333.00006130/2019 tipo menor preço por ITEM. Regulamentado pelo Decreto nº 702, de 26 de dezembro de 2006, objetivando o Pregão. Objeto: Contratação de empresa especializada com serviços técnicos para testar 05 (cinco) poços no Assentamento Teijn, com a finalidade de atender Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Integrado, conforme C.I. nº 117/2019 e solicitação nº 1288/2019, conforme especificado no Anexo I – Termo de Referência do Edital. O Edital e seus anexos estarão disponíveis, **no site da Prefeitura Municipal de Nova Andradina – MS (www.pmna.ms.gov.br) na seção: Mais Acessados– Licitações, ou na sede da Prefeitura Municipal de Nova Andradina.** Para qualquer esclarecimento estará disponível para contato o setor de Licitações localizado no endereço: Av. Antonio J. de Moura Andrade nº 541 ou pelo fone (67) 3441-1250 - ramal 5062, 5063 ou 5064. **Entrega e abertura da Proposta e Documentação: Dia: 02/08/2019 às 13h30min (Horário Local).**

Nova Andradina MS, 18 de Julho de 2019.

Eliane Roseli Fonseca
Pregoeiro (a)

**TERMO DE ENCERRAMENTO
DO CONTRATO Nº173/2016**

Por este instrumento, o MUNICIPIO DE NOVA ANDRADINA-MS, em cumprimento as determinações do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, contidas na Resolução nº 54/2016 resolve registrar o **ENCERRAMENTO** do **CONTRATO Nº173/2016**, celebrado com a Empresa: **COMÉRCIO DE VEÍCULOS MAXIMILIANO LTDA – ME.**

O presente CONTRATO está ENCERRADO por motivo de que todos os termos e condições terem sido cumpridos a contento pelo contratante e contratado(s).

Não estão abrangidos pelo presente Termo de Encerramento o que podem ser objeto de exigência ou responsabilização, a saber:

- As obrigações relacionadas a processos iniciados de penalização contidas no Contrato/Ata de Registro de Preços;
- As garantias sobre bens e serviços entregues ou prestados, tanto legais quanto convencionais;
- A reclamação de qualquer tipo sobre defeitos ocultos nos produtos ou serviços entregues ou prestados.

Sendo assim, o Município de Nova Andradina-MS, através do Ordenador de despesas, assina o presente Termo de Encerramento, para que surta os seus efeitos legais.

Nova Andradina-MS, 17 de julho de 2019.

Secretário Municipal do Meio Ambiente e
Desenvolvimento Integrado

EXTRATO DO CONTRATO 225/2019

CONTRATANTES: de um lado o MUNICIPIO DE NOVA ANDRADINA, e de outro lado a empresa **JFL CONSTRUTORA EIRELI – EPP**, tem entre si, como justo e contratado o que abaixo segue:

DO FUNDAMENTO LEGAL: O presente Contrato tem fundamento legal na Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, Legislação Complementar, conformidade com o Edital de Tomada de Preços Nº 21/2019, aprovado pela Assessoria Jurídica e pelo Presidente da Comissão Permanente de Licitações, procedimento licitatório homologado e respectivo objeto adjudicado pelo Secretário Municipal de Meio Ambiente e Des. Integrado Sr. **Hernandes Ortiz**, em 25/06/2019, anexo ao Processo Administrativo nº 72.616/2019.

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE BARRACÃO PARA DEPOSITO E DESENVOLVIMENTO DE TRABALHOS TÉCNICOS, no viveiro o municipal, no Município de Nova Andradina - MS, através da solicitação da CI. Nº 59/2019/SEMADI e Solicitação nº 776/2019; a pedido da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Integrado, em conformidade com as especificações e quantidades constantes na proposta de preços, anexo III, planilha orçamentária, cronograma físico financeiro, memória de cálculo, projeto, termo de referência – anexo I e condições previstas no edital.

- O tipo de licitação adotado será o de "Menor Preço".

VALOR DA OBRA: O valor global para a execução do objeto deste Contrato é de **R\$ 98.903,17 (noventa e oito mil novecentos e três reais e dezessete centavos)**. Dotação orçamentária: Proj./Ativ.:2.103 – Manutenção e enc. c/ Gabinete do Secretário do FMMA; Elemento de Despesa: 4.4.90.51.00.00.00.02.01.0080 – Obras e Instalações - consignadas no Orçamento para o exercício de 2019.

DOS PRAZOS: A vigência do contrato será de 07 (sete) meses, contado a partir da data da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, caso haja interesse da licitante, desde que plenamente justificado, conforme Art. 57 da Lei 8.666/93.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da execução do presente Contrato correm à conta da Dotação Orçamentária:

Proj./Ativ.: 2.103 - Elemento de Despesa: 4.4.90.51.00.00.00.02.01.0080 – Obras e Instalações.
Nova Andradina – MS, 10 de julho de 2019.

HERNANDES ORTIZ
Secretário Municipal de Meio Ambiente
e Desenvolvimento Integrado
Ordenador de despesas
Contratante

JFL CONSTRUTORA EIRELI – EPP
Jonathan Fraga de Lima
Contratada

DECRETO Nº. 2.310, de 17 de Julho de 2019.

Dispõe sobre a nomeação da Conselheira Tutelar Suplente de Nova Andradina, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ANDRADINA, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO as atribuições do Conselho Municipal do Direito da Criança e Adolescente através da Lei nº 1.112, de 19 de março de 2013;

CONSIDERANDO o Ofício nº 26/CMDCA/2019, no qual consta a solicitação da nomeação da 3ª Conselheira Tutelar Suplente Fabiana Mara Diniz para substituir a Conselheira Tutelar Titular Ana Claudia Crescencio Pereira da Silva durante o seu atestado médico;

CONSIDERANDO que o Decreto 2.290, de 10 de maio de 2019, que nomeou a Conselheira Tutelar Suplente Fabiana Mara Diniz para ocupar o cargo de Conselheira Tutelar Titular constou erroneamente o período de 08.05.2019 a 05.06.2019, já que deveria constar 08.05.2019 a 16.07.2019;

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o caput do artigo 1º do Decreto 2.290, de 10 de maio de 2019, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica nomeada, no período de 8 de maio de 2019 a 16 de julho de 2019, a Conselheira Tutelar Suplente **Fabiana Mara Diniz** para ocupar o cargo de Conselheira Tutelar Titular, a fim de suprir a ausência da Conselheira Tutelar Titular Ana Claudia Crescencio Pereira da Silva o seu período de atestado médico, nos termos dos autos n. 73.823/2019.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos ao dia 8 de maio de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Nova Andradina-MS, 17 de julho de 2019.

José Gilberto Garcia
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº. 2.311, de 17 de Julho de 2019.

Dispõe sobre a nomeação da Conselheira Tutelar Suplente de Nova Andradina, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ANDRADINA, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO as atribuições do Conselho Municipal do Direito da Criança e Adolescente através da Lei nº 1.112, de 19 de março de 2013;

CONSIDERANDO o Ofício nº 43/CMDCA/2019, no qual consta a solicitação da nomeação da 3ª Conselheira Tutelar Suplente Fabiana Mara Diniz para substituir a Conselheira Tutelar Titular Ana Claudia Crescencio Pereira da Silva durante o seu atestado médico no período de 17 de julho de 2019 a 25 de agosto de 2019;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, no período de 17 de julho de 2019 a 25 de agosto de 2019, a Conselheira Tutelar Suplente **Fabiana Mara Diniz** para ocupar o cargo de Conselheira Tutelar Titular, a fim de suprir a ausência da Conselheira Tutelar Titular Ana Claudia Crescencio Pereira da Silva o seu período de atestado médico, nos termos dos autos n. 73.823/2019.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar a partir de sua assinatura, revogando-se as disposições em contrário.

Nova Andradina-MS, 17 de julho de 2019.

José Gilberto Garcia
PREFEITO MUNICIPAL

**DESPACHO DE RATIFICAÇÃO
Processo nº 45/2019**

1. Adoto a justificativa como dispensa de licitação, em conformidade com o parecer jurídico, bem como em decorrência da justificativa da Comissão Permanente de Licitação, onde verificou-se que a referida Inexigibilidade de Licitação tem sustentação Artigo 25, II da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1.993.

2. **RATIFICO** o enquadramento do presente processo, referente Contratação de empresa especializada em treinamento de Conselheiros de Regimes Próprios de Previdência, especialmente quanto a atribuição do Conselho Fiscal, abordando os seguintes assuntos: Estrutura de Gestão de RPPS; Segregação de Funções; A função do Conselho Fiscal na estrutura de gestão; Compe. Conforme INSTITUTO PREVIDENCIA NOVA ANDRADINA, solicitação 15/2019, como Inexigibilidade de Licitação(Artigo 25, II da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1.993), conforme parecer jurídico às fls. 74 a 76 do processo.

3. **Favorecidas:**

3.1 **ACONPREV CONSULTORIA ADMINISTRATIVA E PREVIDENCIAR**, CNPJ: 07.266.168/0001-92, perfazendo um valor de R\$ 6.500,00(seis mil e quinhentos reais), pelo período de 90 (noventa) dias.

4. **Proj./Ativ.:** 2.099 - 33.90.35.00.00.00.01.0003

5. **Condições de entrega:** Em até 15(quinze) Dias, conforme solicitação e/ou orientação do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Nova Andradina - MS.

6. **Condições de Pagamento:** em até 30(trinta) dias, contados da data de apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada.

Nova Andradina, 12 de julho de 2019.

EDNA CHULLI
Diretora Presidente - PREVINA

DESPACHO DE RATIFICAÇÃO

Processo nº 75744/2019 - FLY Nº 333.0005966/2019.

1. Adoto a justificativa como dispensa de licitação, em conformidade com o parecer jurídico, bem como em decorrência da justificativa da Comissão Permanente de Licitação, onde verificou-se que a referida Dispensa de Licitação para Compras e Serviços tem sustentação Artigo 24, II da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1.993.

2. **RATIFICO** o enquadramento do presente processo, referente Contratação de empresa especializada para concertos e reformas no prédio da FINOVA. Conforme SECRETARIA MUNICIPAL MEIO AMBIENTE DES. INTEGRADO, solicitação 1281/2019, como Dispensa de Licitação para Compras e Serviços(Artigo 24, II da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1.993), conforme parecer jurídico às fls. 28 do processo.

3. **Favorecidas:**

3.1 **ROGERIO MICHELS DAS CHAGAS**, CNPJ: 12.454.816/0001-74, perfazendo um valor de R\$ 12.660,00(doze mil e seiscentos e sessenta reais), pelo período de 30 (trinta) dias.

3.2 **CONCORDIA MAT. P/ CONSTRUCAO LTDA**, CNPJ: 16.041.907/0001-39, perfazendo um valor de R\$ 1.466,40(um mil e quatrocentos e sessenta e seis reais e quarenta centavos), pelo período de 30 (trinta) dias.

4. **Proj./Ativ.:** 2.105 - 33.90.30.00.00.00.02.01.0080 (311/2019)

2.105 - 33.90.39.00.00.00.02.01.0080 (312/2019)

5. **Condições de entrega:** Em até 30(trinta) Dias, conforme solicitação e/ou orientação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Integrado.

6. **Condições de Pagamento:** em até 30(trinta) dias, contados da data de apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada.

Nova Andradina, 17 de julho de 2019.

HERNANDES ORTIZ
Secretário Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Integrado
Ordenador de Despesa

TP 20-2019.TXT

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Ordenador de Despesa SECRETÁRIO MUNICIPAL JULIO CESAR MARQUES CASTRO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo pregoeiro, resolve:

Homologar a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.:74326/2019
 b) Licitação Nr.:20/2019
 c) Modalidade: TOMADA DE PREÇO
 d) Data Homologação: 12/07/19

e) Objeto da Licitação: Contratação de empresa especializada, para obra de Drenagem de Águas Pluviais e Complementação de boca de lobo, na Estrada Municipal Gracindo A. Lourenço e Rua Irmã Maria Rita Loureiro no Bairro Argeiro Ortega, no Município de Nova Andradina-MS.

CONTRATADO:

CONSVANM CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA VALOR DA DESPESA: R\$ 140.347,99 (cento e quarenta mil trezentos e quarenta e sete reais e noventa e nove centavos)

DATA: 12/07/19

JULIO CESAR MARQUES CASTRO-SECRETÁRIO MUNICIPAL



RESOLUÇÃO N° 10 de 18 de Julho de 2019

Súmula: "Dispõe sobre a aprovação do Plano de Ação para Cofinanciamento do Governo Federal através do FNAS – Fundo Nacional de Assistência Social - para a Política Pública de Assistência Social do município de Nova Andradina/MS para o exercício de 2019".

A Plenária do Conselho Municipal de Assistência Social de Nova Andradina, Estado de Mato Grosso do Sul, em Reunião Ordinária do dia 18 de Julho de 2019, dentro das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.005/2011.

CONSIDERANDO, a Resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e a Resolução CNAS nº 35, de 29 de novembro, que dispõe sobre o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;

CONSIDERANDO, que o Plano de Ação é um instrumento utilizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS para lançamento de dados e validação anual das informações relativas às transferências regulares e automáticas, na modalidade fundo a fundo, do cofinanciamento federal da Assistência Social;

RESOLVE:

Artigo 1º - Aprovar o Plano de Ação Para Cofinanciamento do Governo Federal através do FNAS - Sistema Único da Assistência Social para o exercício 2019.

Parágrafo Único: Este documento deverá ser anexado ao Plano de Ação para co-financiamento do governo federal Sistema Único da Assistência Social para o exercício 2019, como instrumento de comprovação e de Parecer Favorável.

Artigo 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Nova Andradina – MS, 18 de Julho de 2019.

Marcia Souza Rodrigues
 Presidente do CMAS



Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
 SNAS - Secretaria Nacional de Assistência Social

PLANO DE AÇÃO PARA CO-FINANCIAMENTO DO GOVERNO FEDERAL
 SISTEMA ÚNICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
 ANO 2019

I. DADOS CADASTRAIS

1. ÓRGÃO PROPONENTE

(prefeitura / governo estadual / governo do DF)

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA ANDRADINA

Nº de Gest. o: Gest. o Plena

Porte: PEQUENO II

CGC/CNPJ: 03.173.317/0001-18

Cidade: NOVA ANDRADINA

UF: MS

Endereço: AVENIDA Antonio Joaquim de Moura Andrade 541

CEP: 79750-000

Telefone: 67-3441-1251

Email: semcias@pmna.ms.gov.br

Prefeito: JOSE GILBERTO GARCIA

1.1 Dados do Responsável

2. ÓRGÃO GESTOR DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

(secretaria ou órgão congêneres)

Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania

CGC/CNPJ: 03.173.317/0001-18

Cidade: NOVA ANDRADINA

UF: MS

Endereço: AVENIDA ANTONIO JOAQUIM DE MOURA ANDRADE 541

CEP: 79750-000

Telefone: 67-3441-1250

Email: semcias@pmna.ms.gov.br

Gestor: JULIANA CAETANO ORTEGA

2.1 Dados do Gestor

3. FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CNPJ: 14.848.093/0001-13

Vínculo Institucional: Gabinete do Prefeito/Governador

Telefone: 67-3441-1251

Ato de Criação: LEI

Número do Ato: 48

Data Assinatura: 18/12/1995

Data Pública: 01/18/12/1995

4. CONSELHO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Cidade: NOVA ANDRADINA

UF: MS

Endereço: RUA Milton Modesto 1712

CEP: 79750-000

KELLY CRISTINA SANTOS DE SOUZA

4.1 SECRETÁRIO EXECUTIVO

4.2 CONSELHEIROS

CPF	Nome	Cargo	Início Mandato	Fim Mandato
004.577.031-05	Almir Pereira Dias	CONSELHEIRO(A) TITULAR	17/12/2017	16/12/2019
000.138.561-54	ANA KELLY PEREIRA CLEMENTE	CONSELHEIRO(A) TITULAR	17/12/2017	16/12/2019
855.698.101-10	Ana Paula Machado Baptista	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE	17/12/2017	16/12/2019
702.954.182-06	B U T H O C H R I S O S T O M E	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE	17/12/2017	16/12/2019
006.161.832-24	Daniele Lima Campos	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE	17/12/2017	16/12/2019
609.543.371-15	Josefa Ferreira de Almeida	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE	17/12/2017	16/12/2019
018.993.071-33	KAROLINE DEMATOS SANTOS	VICE-PRESIDENTE	17/12/2017	16/12/2019
741.444.806-15	Maiane Pereira Paulista Nunes	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE	17/12/2017	16/12/2019
639.723.951-91	M R C I A S O U Z A R O D R I G U E S	CONSELHEIRO(A) PRESIDENTE	17/12/2018	16/12/2019
820.455.501-68	MILENE MUNIZ RICCI LEMOS	CONSELHEIRO(A) SUPLENTE	27/03/2019	16/12/2019
596.010.431-87	SUELI DE SOUZA PESSOA	CONSELHEIRO(A) TITULAR	17/12/2017	16/12/2019
437.246.201-87	VERENITA MARIA DE JESUS	CONSELHEIRO(A) TITULAR	17/12/2017	16/12/2019

II. PREVISÃO DE ATENDIMENTO FÍSICO

1. GESTÃO

Incentivo	Parâmetro para identificação da meta Física	Metas Físicas
Bloco da Gestão		
IGD-M - Índice de Gestão Descentralizada Municipal do Programa Bolsa Família		
Fator de operação do PBF - IGD-M		0,96
Taxa - Atualização Cadastral	0,86	1,00
Taxa - Frequência Escolar	0,83	1,00
Taxa - Agenda Social	0,57	0,86
IGD-M - Índice de Gestão Descentralizada Municipal do Sistema Único de Assistência Social		
IGD SUAS - Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social		
IDCRAM - Índice	0,75	
Execução Financeira	1,00	

2. SERVIÇOS

Serviço	Público	Referência de Pactuação	Previsão de Atendimento
Bloco da Proteção Social Básica			
Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)			
Piso B - sico Fixo	Família Referenciada	7.000	7.000
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos			

Serviço	Público	Referência de Pactuação	Previsão de Atendimento
Piso B - sico Variável - SCFV	Usuários nas faixas etárias de 0 a 17 anos, maiores de 60 anos e seus familiares	470	3.300
Piso B - sico Variável - SCFV	Usuários nas faixas etárias de 0 a 17 anos e maiores de 60 anos, em situações prioritárias	235	960
Bloco da Proteção Social Especial			
Serviço de Acolhimento a Outros Públicos			
Piso de Alta Complexidade I	Mulheres em situação de violência		0
Piso de Alta Complexidade I	Jovens		0
Piso de Alta Complexidade I	Idosos	20	240
Piso de Alta Complexidade I	Pessoas com deficiência		0
Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI			
Piso Fixo de Média Complexidade	Famílias e indivíduos em situação de risco, por violação de direitos	50	3.105
Serviço de Proteção Social a Adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de LA e PSC			
Piso Fixo de Média Complexidade	Adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas	40	1.202
Serviço de PSE para pessoas com deficiência, idosos e suas famílias			
Piso Transição de Média Complexidade	Pessoas com deficiência, idosos e suas famílias	104	3.041
Serviço de Acolhimento a Crianças e Adolescentes			
Piso de Alta Complexidade I	Crianças e Adolescentes	10	480
Programas e Projetos			
Avaliação e Operacionalização do BPC da Assistência Social e RMV			
BPC na Escola - Questionário a ser aplicado	Questionários a serem pagos	39	132
Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho Acessíveis			
Acessíveis Trabalho	Usuários de 14 a 59 anos	1.100	1.077
Programa Primeira Infância no SUAS			
Programa Criança Feliz	Indivíduos beneficiados	150	1.800

III. PREVISÃO DE FINANCIAMENTO

1. GESTÃO

Incentivo	Serviço	Valor Financeiro
Bloco da Gestão		
IGD-M - Índice de Gestão Descentralizada Municipal do	Fator de operação do PBF - IGD-M	R\$ 13.118,93

Incentivo	Serviço	Valor Financeiro
Programa Bolsa Família		
IGD-M - Índice de Gestão Descentralizada Municipal do Sistema Único de Assistência Social	IGD SUAS - Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social	R\$3.642,73
2. SERVIÇOS		
Serviço	Piso	Valor Financeiro
Bloco de Pr oteção Social Básica		
Serviço de Pr oteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)	Piso Básico Fixo	R\$ 16.800,00
Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	Piso Básico Variável-SCFV	R\$23.500,00
Bloco de Pr oteção Social Especial		
Serviço de Acolhimento a Outros Públicos	Piso de Alta Complexidade I	R\$ 1.460,00
Serviço de Pr oteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI	Piso Fixo de Média Complexidade	R\$9.800,00
Serviço de Pr oteção Social a Adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas de LA e PSC	Piso Fixo de Média Complexidade	R\$ 4.400,00
Serviço de PSE para pessoas com deficiência, idosas e suas famílias	Piso Transição de Média Complexidade	R\$4.149,88
Serviço de Acolhimento a Crianças e Adolescentes	Piso de Alta Complexidade I	R\$5.000,00
Programas e Projetos		
Avaliação e Operacionalização do BPC da Assistência Social e RMV	BPC na Escola - Questionário a ser aplicado	R\$ 1.560,00
Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho	Acessos Trabalho	R\$220.508,19
Acessos Trabalho		
Programa Primeira Infância no SUS	Programa Criança Feliz	R\$11.250,00
IV. RESUMO EXECUTIVO		
Item	Valor	
1. Valor Total Previsto a ser repassado pelo FNAS (anual):	R\$ 1.339.526,72	
2. Recursos próprios a serem alocados no fundo (anual):	R\$ 164.000,00	
3. Recursos a serem transferidos do FEAS (anual):	R\$ 244.272,17	
4. Total de recursos do fundo municipal para o exercício:	R\$ 1.747.798,88	
V. DECLARAÇÃO		
AUTENTICAÇÃO		
Declaro sob as penas da lei, que as informações prestadas sob a expressão da verdade.		R: 10.222.10.134 X1192.168.10.101, 187.6.10.75 60954337115 201907040806 257806



FUNDAÇÃO SERVIÇOS DE SAÚDE DE NOVA ANDRADINA – FUNSAU-NA
HOSPITAL REGIONAL DE NOVA ANDRADINA
Dr. FRANCISCO DANTAS MANIÇOBA

FUNDAÇÃO SERVIÇOS DE SAÚDE DE NOVA ANDRADINA FUNSAU-NA
MUNICÍPIO DE NOVA ANDRADINA
Estado de Mato Grosso do Sul
EXTRATO DA ATA Nº 052/2019.

No dia 3 do mês de Junho do ano de 2019, compareceram, de um lado a(o) FUNDAÇÃO SERVIÇOS DE SAÚDE DE NOVA ANDRADINA – Estado de MATO GROSSO DO SUL, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 12.500.145/0001-57, com sede administrativa localizada na AVENIDA EULENIR DE OLIVEIRA LIMA Nº 71, Bairro DURVAL ANDRADE FILHO, CEP nº 79750-000, nesta cidade de Nova Andradina/MS, representado pelo(a) DIRETOR GERAL, o Sr(a) NELSON CUSTÓDIO DA SILVA, inscrito no CPF sob o nº 046025091-68, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 25/2019, Processo Licitatório nº 11420/19, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando (a) AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER O SETOR DA FARMÁCIA DO HOSPITAL REGIONAL DE NOVA ANDRADINA FUNSAU-NA.

DAS PARTES
A Fundação Serviços de Saúde de Nova Andradina FUNSAU-NA e a pessoa jurídica: CIRULABOR PRODUTOS CIRURGICOS LTDA, CIRURGICA MS LTDA, CIRURGICA PARANAÍVAI – EIRELI, CRISTALIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACEUTICOS LTDA, DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, MOCA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, OMEGA MED PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA E RINALDI & COGO LTDA - ME.

O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER O SETOR DA FARMÁCIA DO HOSPITAL REGIONAL DE NOVA ANDRADINA FUNSAU-NA.

DO PRAZO
Será da assinatura da ATA DE REGISTRO DE PREÇO por um período de 12 (doze) meses.

DAS DESPESAS
As despesas decorrentes da execução desta ATA correrão à conta da FUNSAU-NA.

AMPARO LEGAL
A presente Ata é regida pelas cláusulas e condições nele contidas, pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações.

VALORES

Item	Especificação	Unid	Marca	Quant
5	AZITROMICINA 400mg/ml - SUSPENSÃO frasco de 15ml.	FR	PRATI	5,00
6	BROMETO IPRATROPIO 0,025% - FRASCO 20ml (INALATORIO). EMBALAGEM NÃO VIOLADA. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES COM RELAÇÃO A DATA DA NOTA FISCAL.	FR	HIPOLABOR	1,50
11	CEFTRIAXONA 1g - FRASCO/AMPOLA EMBALAGEM NÃO VIOLADA. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES COM RELAÇÃO A DATA DA NOTA FISCAL.	AMP	TEUTO	10,00
12	CIPROFLOXACINA 500mg COMPRIMIDOS, COM EMBALAGEM NÃO VIOLADA. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES COM RELAÇÃO A DATA DA NOTA FISCAL.	COMP	PRATI	6,00
13	Clopidogrel 75mg	COMP	DR. REDDYS	5,00
25	IBUPROFENO 50mg/ml - FRASCO 20ml, EMBALAGEM NÃO VIOLADA. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES COM RELAÇÃO A DATA DA NOTA FISCAL.	FR	NATULAB	2,00
28	METFORMINA 850mg COMPRIMIDOS, COM EMBALAGEM NÃO VIOLADA. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES COM RELAÇÃO A DATA DA NOTA FISCAL.	COMP	PRATI	5,00
31	Nimesulida 100mg	COMP	PRATI	5,00
40	Succinato de Metoprolol 50mg	COMP	ACCORD	5,00
43	Sulfato Ferroso 40mg	COMP	NATULAB	5,00
Valor total do Fornecedor.....				

Item	Especificação	Unid	Marca	Quant
3	ANLÓDIPINO 10 MG.	UN	neo química	5,00
7	BROMIDRATO FENOTEROL 5mg/ml - FRASCO 20ml (INALATORIO). EMBALAGEM NÃO VIOLADA. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES COM RELAÇÃO A DATA DA NOTA FISCAL.	FR	hipolabor	1,50
10	CARVEDILOL 6,25mg COMPRIMIDOS, COM EMBALAGEM NÃO VIOLADA. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES COM RELAÇÃO A DATA DA NOTA FISCAL.	COMP	legrand	5,00

Av. Eulenir de Oliveira Lima, 71 - Bairro Durval Andrade Filho
Nova Andradina/MS - Fone/Fax: (67) 3441-5050 | www.fun-sau-na.ms.gov.br



FUNDAÇÃO SERVIÇOS DE SAÚDE DE NOVA ANDRADINA – FUNSAU-NA
HOSPITAL REGIONAL DE NOVA ANDRADINA
Dr. FRANCISCO DANTAS MANIÇOBA

14	DICLOFENACO DE SÓDIO 50mg COMPRIMIDOS, COM EMBALAGEM NÃO VIOLADA. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES COM RELAÇÃO A DATA DA NOTA FISCAL.	COMP		vilamed	5,00
21	Furosema 40mg - comprimido	COMP		prati	5,00
22	GLIBENCLAMIDA 5mg COMPRIMIDOS, COM EMBALAGEM NÃO VIOLADA. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES COM RELAÇÃO A DATA DA NOTA FISCAL.	COMP		medquímica	5,00
36	PREDNISONA 20mg COMPRIMIDOS, COM EMBALAGEM NÃO VIOLADA. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES COM RELAÇÃO A DATA DA NOTA FISCAL.	COMP		sanval	5,00
38	PROPRANOLOL 40mg COMPRIMIDOS, COM EMBALAGEM NÃO VIOLADA. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES COM RELAÇÃO A DATA DA NOTA FISCAL.	COMP		sanval	5,00
39	SINVASTATINA 20mg COMPRIMIDOS, COM EMBALAGEM NÃO VIOLADA. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES COM RELAÇÃO A DATA DA NOTA FISCAL.	COMP		sanval	5,00
44	VARFARINA 5mg COMPRIMIDOS, COM EMBALAGEM NÃO VIOLADA. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES COM RELAÇÃO A DATA DA NOTA FISCAL.	COMP		uniao química	5,00
Valor total do Fornecedor.....					

Item	Especificação	Unid	Marca	Quant	
9	carvedilol 12,5mg	COMP		EMS	5,00
15	DICLOFENACO POTASSICO 25mg/ml - AMPOLA EMBALAGEM NÃO VIOLADA. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES COM RELAÇÃO A DATA DA NOTA FISCAL.	AMP		FARMACE	6,00
18	DOMPERIDONA 10mg COMPRIMIDOS, COM EMBALAGEM NÃO VIOLADA. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES COM RELAÇÃO A DATA DA NOTA FISCAL.	COMP		EMS	5,00
20	ESPIROLACTONA 25mg COMPRIMIDOS, COM EMBALAGEM NÃO VIOLADA. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES COM RELAÇÃO A DATA DA NOTA FISCAL.	COMP		EMS	5,00
29	METILDOPA 500mg COMPRIMIDOS, COM EMBALAGEM NÃO VIOLADA. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES COM RELAÇÃO A DATA DA NOTA FISCAL.	COMP		SANVAL	5,00
32	OMEPRAZOL 20mg COMPRIMIDOS, COM EMBALAGEM NÃO VIOLADA. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES COM RELAÇÃO A DATA DA NOTA FISCAL.	COMP		GLOBO	5,00
33	Paracetamol 750mg	COMP		PRATI	5,00
Valor total do Fornecedor.....					

Item	Especificação	Unid	Marca	Quant	
27	LEVOFLOXACINO SOLUÇÃO INJ. 5MG/ML IV. SISTEMA FECHADO 100 ML.	BSA		CRISTÁLIA	10,00
37	PROMETAZINA 25mg COMPRIMIDOS, COM EMBALAGEM NÃO VIOLADA. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES COM RELAÇÃO A DATA DA NOTA FISCAL.	COMP		CRISTÁLIA	5,00

Av. Eulenir de Oliveira Lima, 71 - Bairro Durval Andrade Filho
Nova Andradina/MS - Fone/Fax: (67) 3441-5050 | www.fun-sau-na.ms.gov.br



FUNDAÇÃO SERVIÇOS DE SAÚDE DE NOVA ANDRADINA – FUNSAU-NA
HOSPITAL REGIONAL DE NOVA ANDRADINA
Dr. FRANCISCO DANTAS MANIÇOBA

4	ATENOLOL 50mg, COMPRIMIDOS, COM EMBALAGEM NÃO VIOLADA. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES COM RELAÇÃO A DATA DA NOTA FISCAL.	COMP		Prati Donaduzzi	5,00
16	Dimeticona 40mg	COMP		Prati Donaduzzi	5,00
34	PENTOXIFILINA 400mg COMPRIMIDOS, COM EMBALAGEM NÃO VIOLADA. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES COM RELAÇÃO A DATA DA NOTA FISCAL.	COMP		Germel	5,00
Valor total do Fornecedor.....					

Item	Especificação	Unid	Marca	Quant	
6	BROMOPRIDA 10mg COMPRIMIDOS, COM EMBALAGEM NÃO VIOLADA. VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES COM RELAÇÃO A DATA DA NOTA FISCAL.	COMP		PRATI	5,00
Valor total do Fornecedor.....					

Valor total Geral..... 334.475,00

NELSON CUSTODIO DA SILVA
Diretor Geral
Contratante

CONTRATADOS:

CIRULABOR PRODUTOS CIRURGICOS LTDA
CIRURGICA MS LTDA
CIRURGICA PARANAÍVAI – EIRELI
CRISTALIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACEUTICOS LTDA
DIMASTER COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
MOCA COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA
OMEGA MED PRODUTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA
RINALDI & COGO LTDA - ME

Av. Eulenir de Oliveira Lima, 71 - Bairro Durval Andrade Filho
Nova Andradina/MS - Fone/Fax: (67) 3441-5050 | www.fun-sau-na.ms.gov.br





CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA ANDRADINA
Estado de Mato Grosso do Sul

PORTARIA Nº. 47, DE 17 DE JULHO DE 2019.

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA ANDRADINA, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, de acordo com Artigo 18, inciso I alínea "d".

CONSIDERANDO a necessidade de reduzir os gastos com telefone, energia e material de consumo em geral, e estando em vigência o **RECESSO LEGISLATIVO**;

RESOLVE:

Artigo 1º. O expediente da Câmara Municipal de Nova Andradina-MS, para o período de recesso compreendido entre os dias 18/07/2019 a 31/07/2019, será das 07:00 às 11:00 horas, sendo que os serviços considerados essenciais terão suas atividades normais.

Artigo 2º. O horário previsto no caput do artigo anterior poderá ser suspenso a qualquer momento, ficando a decisão a critério da Presidência.

Artigo 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete da Presidência, 17 de julho de 2019.

VAILTON VLADEMIR SORDI - MDB
"AMARELINHO"

Presidente da Câmara Municipal

ROBERTO ALVES PEREIRA-MDB

1º Secretário

Roberto Alves Pereira-MDB

AIRTON DE CASTRO PEREIRA - PDT

Vereador e 1º Vice - Presidente

RICARDO LIMA - DEM

Vereador e 2º Secretário

JOSÉ FERRAZ CHAGAS FILHO - PSDB

"VALMIRÁ DO PAX"

Vereador e 2º Vice-Presidente

MÁRIO FERREIRA DE OLIVEIRA - PR

"MARIÃO DA SAÚDE"

Vereador

QUEMUEL DE ALENCAR FLORENTINO - PDT

Vereador

ANTONIO TOMAZ DE SOUZA - PV

Vereador

SANDRO ROBERTO HOICI - DEM

Vereador

JOÃO LUIZ SALTOR DAN - PSDB

Vereador

WILSON ALMEIDA DA SILVA - PT

Vereador

JOANA DARC BONO GARCIA - PR

Vereadora

EDEILDO GONÇALVES DOS SANTOS - PSDB

"DEILDO PISCINEIRO"

Vereador



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA ANDRADINA
Estado de Mato Grosso do Sul

PORTARIA Nº. 48, DE 17 DE JULHO DE 2019.

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA ANDRADINA, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, de acordo com Artigo 18, inciso I alínea "d".

RESOLVE:

Artigo 1º. Exonerar a pedido, **ANA CAROLINA MARCHEZA FORTI**, matrícula nº. 270 no cargo de Auxiliar Parlamentar, Símbolo DAS-7, lotado no Quadro de Servidores Comissionados da Câmara Municipal de Nova Andradina-MS.

Artigo 2º. O Departamento de Gestão de Recursos Humanos averbará a exoneração do servidor constante desta Portaria, em sua ficha funcional.

Artigo 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete da Presidência, 17 de julho de 2019.

VAILTON VLADEMIR SORDI - MDB
"AMARELINHO"

Presidente da Câmara Municipal

Publicação Trimestral da Ata de Registro de Preços
(sem alterações no valor)

EXTRATO 2ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 074/2018 - Originada do Processo Licitatório Pregão Presencial Nº 115/2018, Objeto: Locação de banheiros químicos, palcos, tendas, e serviço de instalação elétrica completa, para serem utilizados em Eventos Municipais, Exposições das Feiras e Ações do Programa de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho - ACESSUAS Trabalho, que acontecerão no decorrer do ano e subsequente, através de ata de registro de preço. Tendo como FORNECEDOR: **OS MOVIDOS PROMOCOES E EVENTOS LTDA - ME, CNPJ sob nº 06.163.277/0001-11**, Vigência: 21/06/2018 à 20/06/2019. O MUNICÍPIO DE NOVA ANDRADINA - MS, através do Setor de Licitação, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei nº 8.666/93, torna público, que **NÃO HOUVE ALTERAÇÃO** de valores e ficam **MANTIDOS** os preços registrados na presente Ata de Registro de Preços.

Nova Andradina, 17 de Julho de 2019.

JULLIANA CAETANO ORTEGA
Ordenadora de Despesas
Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania

Publicação Trimestral da Ata de Registro de Preços
(Sem alterações no valor)

EXTRATO 5ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2018 - Originada do Processo Licitatório Pregão Presencial Nº 012/2018, Objeto: Aquisição de Cestas Básicas de Alimentos, com a finalidade de atender famílias em situação de vulnerabilidade social residentes no município, a pedido da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania - SEMCIAS, através de ata de registro de preço. Tendo como FORNECEDOR: **TAVARES & SOARES LTDA. - EPP, CNPJ sob Nº 00.641.325/0001 - 53**, Vigência: 19/02/2018 à 18/02/2019. O MUNICÍPIO DE NOVA ANDRADINA - MS, através do Setor de Licitação, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei nº 8.666/93, torna público, que **NÃO HOUVE ALTERAÇÃO** de valores e ficam **MANTIDOS** os preços registrados na presente Ata de Registro de Preços.

Nova Andradina, 17 de Julho de 2019.

JULLIANA CAETANO ORTEGA
Ordenadora de Despesas
Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania -SEMCIAS

Publicação Trimestral da Ata de Registro de Preços
(Sem alterações no valor)

EXTRATO 5ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2018 - Originada do Processo Licitatório Pregão Presencial Nº 019/2018, Objeto: Aquisição de 3.200 (três mil e duzentos) pacotes de leite em pó integral, instantâneo, sem açúcar, não contem glúten, composto de carboidratos, proteínas, gorduras totais e saturadas, sódio e cálcio, contendo 400 (quatrocentos) gramas cada, com a finalidade de atender município em situação de vulnerabilidade social, através do Projeto "Programa do Leite para Acompanhamento Familiar Sócio Assistencial - PLASF", através de ata de registro de preço. Tendo como FORNECEDOR: **REGINALDO GUILHERME DE MORAIS MARQUES - ME, CNPJ sob Nº 12.772.446/0001 - 13**, Vigência: 26/02/2018 à 25/02/2019. O MUNICÍPIO DE NOVA ANDRADINA - MS, através do Setor de Licitação, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei nº 8.666/93, torna público, que **NÃO HOUVE ALTERAÇÃO** de valores e ficam **MANTIDOS** os preços registrados na presente Ata de Registro de Preços.

Nova Andradina, 17 de Julho de 2019.

JULLIANA CAETANO ORTEGA
Ordenadora de Despesas
Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania -SEMCIAS

Publicação Trimestral da Ata de Registro de Preços
(Sem alterações no valor)

EXTRATO 4ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 051/2018 - Originada do Processo Licitatório Pregão Presencial Nº 085/2018, Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, com a finalidade de atender o Centro de Convivência do Idoso "Aparecida Mourão" - Projeto Conviver, vinculado a esta Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania - SEMCIAS, em virtude das comemorações das festividades, através de ata de registro de preço. Tendo como FORNECEDOR: **REGINALDO GUILHERME DE MORAIS MARQUES - ME, CNPJ sob Nº 12.772.446/0001 - 13, SUPERMERCADO PARAISO LTDA. - ME, CNPJ sob Nº 24.397.411/0001 - 20 e B. A. MARQUES 7 CIA LTDA. - ME, CNPJ sob Nº 15.310.799/0001 - 90**, Vigência: 09/05/2018 à 08/05/2019. O MUNICÍPIO DE NOVA ANDRADINA - MS, através do Setor de Licitação, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei nº 8.666/93, torna público, que **NÃO HOUVE ALTERAÇÃO** de valores e ficam **MANTIDOS** os preços registrados na presente Ata de Registro de Preços.

Nova Andradina, 17 de Julho de 2019.

JULLIANA CAETANO ORTEGA
Ordenadora de Despesas
Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania -SEMCIAS

Publicação Trimestral da Ata de Registro de Preços
(Sem alterações no valor)

EXTRATO 3ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 072/2018 - Originada do Processo Licitatório Pregão Presencial Nº 093/2018, Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios (diversos salgados, sendo: bolinha de queijo, coxinha, empada, esfirra, pão de queijo, pastel, quibe e rissole) e suco, com a finalidade de atender os SCFV para Crianças, Adolescentes e Jovens, CRAS, CREAS, e Programas Sociais vinculados a esta Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania - SEMCIAS, através de ata de registro de preço. Tendo como FORNECEDOR: **BAR E PADARIA PRIMAVERA LTDA, CNPJ sob Nº 15.490.816/0001 - 18**, Vigência: 19/06/2018 à 18/06/2019. O MUNICÍPIO DE NOVA ANDRADINA - MS, através do Setor de Licitação, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei nº 8.666/93, torna público, que **NÃO HOUVE ALTERAÇÃO** de valores e ficam **MANTIDOS** os preços registrados na presente Ata de Registro de Preços.

Nova Andradina, 17 de Julho de 2019.

JULLIANA CAETANO ORTEGA
Ordenadora de Despesas
Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania- SEMCIAS

Publicação Trimestral da Ata de Registro de Preços
(Sem alterações no valor)

EXTRATO 3ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 102/2018 – Originada do Processo Licitatório Pregão Presencial Nº 158/2018, Objeto: Locação (aluguel) de brinquedos infantis (cama elástica, castelo de bolinhas, tobogã e futebol de sabão), carrinho de pipoca e máquina de algodão doce, com a finalidade de atender os Projetos Sociais e Programas vinculados a esta Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania – SEMCIAS, através de ata de registro de preço. Tendo como FORNECEDOR: **ADEMILSON DIAS – MEI, CNPJ sob Nº 14.019.958/0001-39**, Vigência: 29/08/2018 à 28/08/2019. O MUNICÍPIO DE NOVA ANDRADINA - MS, através do Setor de Licitação, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei Nº 8.666/93, torna público, que **NÃO HOUVE ALTERAÇÃO** de valores e ficam **MANTIDOS** os preços registrados na presente Ata de Registro de Preços.

Nova Andradina-MS, 17 Julho de 2019.

JULLIANA CAETANO ORTEGA

Ordenadora de Despesas

Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania - SEMCIAS

Publicação Trimestral da Ata de Registro de Preços
(Sem alterações no valor)

EXTRATO 3ª PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 113/2018 – Originada do Processo Licitatório Pregão Presencial Nº 179/2018 - Objeto: Contratação de serviços especializados em Arte e Cultura, com a finalidade de atender o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes – SCFV, de 07 à 14 anos (Unidade Nova Andradina), vinculado a esta Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania – SEMCIAS, através de ata de registro de preço. Tendo como FORNECEDOR: **JEISSIANE ROZALINO LUCIO CPF: 071.881.221 – 21 e CNPJ sob Nº 31.139.404/0001 - 94**, Vigência: 26/09/2018 à 25/09/2019. O MUNICÍPIO DE NOVA ANDRADINA - MS, através do Setor de Licitação, para fins de atendimento ao § 2º, do art. 15, da Lei nº 8.666/93, torna público, que **NÃO HOUVE ALTERAÇÃO** de valores e ficam **MANTIDOS** os preços registrados na presente Ata de Registro de Preços.

Nova Andradina, 17 de Julho de 2019.

JULLIANA CAETANO ORTEGA

Ordenadora de Despesas

Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania - SEMCIAS

DESPACHO DE RATIFICAÇÃO

Processo nº 75707/2019 - FLY Nº 0333.0005929/2019.

1. Adoto a justificativa como dispensa de licitação, em conformidade com o parecer jurídico, bem como em decorrência da justificativa da Comissão Permanente de Licitação, onde verificou-se que a referida Dispensa de Licitação para Compras e Serviços tem sustentação Artigo 24, X da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1.993.

2. **RATIFICO** o enquadramento do presente processo, referente Abertura de processo, para atender as despesas com Aluguel Social, com a finalidade de locação de imóvel residencial para abrigar municípios que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco social. Conforme SECRETARIA M. DE CIDADANIA E ASSISTENCIA SOCIAL, solicitação 1273/2019, como Dispensa de Licitação para Compras e Serviços (Artigo 24, X da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1.993), conforme parecer jurídico às fls. 37 e 38 do processo.

3. **Favorecidas:**

3.1 **Creuza de Almeida Barros**, CNPJ: 780.770.601-53, perfazendo um valor de R\$ 3.000,00(três mil reais), por um período de 06 (seis) meses.

4. **Proj/Ativ.:** 2.207 - 33.90.32.00.00.00.0000825. **Condições de entrega:** 24 HORAS, APÓS ASSINATURA DO CONTRATO .6. **Condições de Pagamento:** em até 30(trinta) dias, contados da data de apresentação da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada.

Nova Andradina, 16 de julho de 2019.

JULLIANA CAETANO ORTEGA

Secretária Municipal de Cidadania e Assistência Social

Ordenadora de Despesa